



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05/2024

GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA, Estado de São Paulo, torna público que realizará, por meio do INSTITUTO MAIS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Concurso Público para Provimento de Cargos Vagos e dos que vagarem no prazo de validade do Concurso Público de Guarda Civil Municipal Aspirante, pelo regime Estatutário, criado pela Lei Municipal nº 179, de 28 de novembro de 2017, em conformidade com a Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, regido na forma das Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, a Lei Orgânica do Município de Porto Ferreira, de 22 de dezembro de 2015 e da Lei Complementar Municipal nº 37, de 3 de outubro de 2000 (Estatuto do Servidor Público Municipal), e suas atualizações e Lei Complementar Municipal nº 275, de 20 de setembro de 2022, e de acordo com a distribuição de vagas especificada na Tabela I, Capítulo I – Das Disposições Preliminares, deste Edital, sob a supervisão da Comissão de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos, instituída pela Portaria nº 74, de 06 de fevereiro de 2024, e Comissão de Transparência, instituída pela Portaria nº 83, de 15 de fevereiro de 2024.

O Concurso Público reger-se-á pelas disposições contidas nas Instruções Especiais, que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

I N S T R U Ç Õ E S E S P E C I A I S

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público destina-se ao Provimento de Cargos e Vagas de Guarda Civil Municipal Aspirante, mencionados na Tabela I deste Capítulo, atualmente vagos e dos que vagarem, dentro do prazo de validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez por igual período a contar da data da Homologação do Resultado Final, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP. O período de validade estabelecido para este Concurso Público não gera obrigatoriedade para a nomeação de todos os candidatos classificados, exceto para aqueles classificados dentro do número de vagas oferecidas.

1.1.1. Todo o processo de execução deste Concurso Público, com as informações pertinentes, estará disponível no endereço eletrônico do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br).

1.1.2. Todos os atos oficiais relativos ao Concurso Público serão publicados na *Internet*, nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br), bem como Extrato de publicação na Imprensa Oficial do Município.

1.1.3. A Homologação do Resultado Final do Concurso Público será publicada nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br) bem como Extrato de publicação na Imprensa Oficial do Município.

1.1.4. Para início de todos os prazos previstos neste edital será considerada a data da publicação dos atos oficiais na *Internet*, nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br).

1.2. As Atribuições Básicas do Cargo estão descritas no Anexo I deste Edital.

1.3. Os vencimentos constantes na Tabela I, deste Capítulo, correspondem à faixa inicial do Cargo, em vigência.

1.4. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o Horário Oficial de Brasília/DF.

1.5. O código do Cargo, o Cargo, as respectivas Vagas, a Escolaridade/Requisitos exigidos, o Vencimento, a Jornada de Trabalho e a Taxa de Inscrição são os estabelecidos na **Tabela I – Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital, conforme especificada abaixo:

TABELA I

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	VAGAS EXISTENTES			ESCOLARIDADE / REQUISITOS	VENCIMENTO R\$ / JORNADA DE TRABALHO
		TOTAL (*1)	RESERVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (*2)	RESERVA DE VAGA PARA NEGRO/ NEGRA/ AFRODESCENTE (*3)		
ENSINO MÉDIO COMPLETO						
TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)						
207	GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE	06	01	01	Ensino Médio completo e Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria “AB”, válida. Possuir altura mínima de 1,60m para candidatos do sexo masculino e de 1,55m para candidatas do sexo feminino.	R\$ 1.757,94 40 horas semanais

(*1) Total de vagas existentes, incluindo-se a reserva para pessoas com deficiência e reserva de vaga para candidatos Negros, Negras e Afrodescendentes.

(*2) Reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme estabelecido na **Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018** e no Decreto Federal nº 9.508, de 24/09/2018.

(*3) Reserva de vaga para candidatos Negros, Negras ou Afrodescendentes, conforme **Lei Municipal nº 3.649, de 1º de fevereiro de 2022**, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 2.465, de 20 de junho de 2023**.

1.6. Além do vencimento, os servidores municipais fazem jus a auxílio alimentação, atualmente no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), e auxílio saúde, nos termos das Leis Municipais 3642/2021 e 3228/15 respectivamente.

1.6.1. Os servidores públicos estão sujeitos a regime próprio de previdência social

1.7. Os documentos comprobatórios para o Cargo que exigem escolaridade completa – diplomas registrados e acompanhados de Histórico Escolar – devem referir-se a cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) ou Conselho Estadual de Educação (CEE).

1.8. Os Diplomas e Certificados, obtidos no exterior, para que tenham validade, deverão estar revalidados de acordo com a legislação vigente.

1.9. Em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal n.º 13.709/2018), o candidato, ao realizar a sua inscrição, estará consentindo e autorizando o uso de alguns de seus dados cadastrais informados na inscrição, em conformidade com o que segue:

1.9.1. Na divulgação das Listagens de Homologação das Inscrições e dos Resultados – Nome do Candidato, Documento de Identidade e Data de Nascimento;

1.9.2. No envio de informativos, notícias de Concursos Públicos e/ou Processos Seletivos abertos, e outros comunicados a título gratuito – e-mail informado no ato da inscrição;

1.9.3. Na manutenção do banco de dados em suporte eletrônico ou físico, estabelecido em um ou vários locais, destinando-se tais dados exclusivamente ao uso no presente Concurso Público, podendo promover a troca deles com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA /SP**, com a finalidade prevista em Edital – todos os dados; e

1.9.4. Na geração de dados estatísticos, promoção de conhecimento, inclusão social e amparo legal, viabilização de ações e projetos – todos os dados.

II – DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. Os requisitos básicos para nomeação nos Cargos são os especificados a seguir:

2.1.1. O candidato deverá ler o Edital de Abertura do Concurso Público em sua íntegra e cumprir todas as determinações nele contidas;

2.1.2. Ter sido aprovado e classificado neste Concurso Público;

2.1.3. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, conforme o disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal, e do Decreto Federal nº 70.436/72, ou ser naturalizado brasileiro conforme legislação vigente no país até a data da posse;

2.1.4. Ter completado 18 (dezoito) anos de idade, quando da posse;

2.1.5. **Possuir estatura mínima de 1,60m (um metro, sessenta centímetros) descalço, para os candidatos do sexo masculino e de 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) descalça, para as candidatas do sexo feminino.**

2.1.6. Encontrar-se em gozo dos direitos políticos;

2.1.7. Encontrar-se em dia no cumprimento das obrigações militares, na data da posse;

2.1.8. Estar quite com a Justiça Eleitoral, na data da posse;

2.1.9. Não ser aposentado por invalidez;

2.1.10. Possuir os REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o Cargo, conforme o especificado na **Tabela I – Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital;

2.1.11. Apresentar a documentação comprobatória de acordo com as exigências acima, por ocasião da convocação, que antecede a nomeação;

2.1.12. Não registrar antecedentes criminais oriundos de sentença transitada em julgado ou demonstrar o cumprimento integral das penas que tenham sido cominadas;

2.1.13. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com nova investidura em Cargo;

2.1.14. Não encontrar-se acumulando cargo, emprego ou função pública em desconformidade com as hipóteses de acumulação lícitas previstas em Lei, e na Constituição Federal;

2.1.15. Não estar com idade de aposentadoria compulsória;

2.1.16. Ter aptidão física e mental, comprovadas nas Segunda a Sexta Fases do Concurso Público e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício do Cargo, comprovada mediante sujeição a exame de saúde admissional a ser realizado pelo serviço médico pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, quando da convocação.

2.1.17. Não estar respondendo a processo relativo ao exercício da profissão; e

2.1.18. Não receber, no ato da nomeação, proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, inciso XXII, §10 da Constituição Federal, ressalvadas as acumulações permitidas pelos incisos XVI e XVII do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos ou empregos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

2.2. A comprovação da documentação hábil de que os candidatos possuem os requisitos exigidos no **item 2.1**, deste Capítulo, será solicitada por ocasião da posse.

2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilitação no Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

2.4. O candidato que prestar declaração falsa, inexata, ou ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado na prova e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5. No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas neste Edital, no entanto, o candidato que não as satisfizer no ato da posse, mesmo que tenha sido aprovado, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES

3.1.3. Os candidatos poderão obter informações e orientações para realizar sua inscrição no período de **21 de fevereiro a 21 de março de 2024**, por meio do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS** através do telefone (11) 2539-0919, no horário das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00 (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para **sac@institutomais.org.br**.

3.2. O candidato que desejar realizar sua inscrição deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia **22 de março de 2024**, disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**. O boleto bancário poderá ser gerado para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição *on-line* conforme **Tabela I**, constante no **Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital.

3.2.1. O Formulário de Inscrição *on-line* estará disponível para inscrição até às **17h00** do dia **21 de março de 2024**.

3.2.1.1. O boleto bancário estará disponível para geração no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, até às **17h00** do dia **22 de março de 2024**.

3.2.2. Ocorrendo a pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

3.2.3. O candidato deve se atentar aos requisitos do Cargo, data prevista da prova e período antes de escolher a opção e efetuar o pagamento.

3.3. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por PIX, depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou após a data de vencimento especificada no boleto bancário ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital.

3.4. Não será concedida **ISENÇÃO** total ou parcial da taxa de inscrição, à exceção de candidatos amparados pela **Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, Lei Municipal nº 3.283, de 11 de agosto de 2016, Lei Municipal nº 3.106, de 30 de outubro de 2014 e Lei Municipal nº 2.295, de 03 de setembro de 2002**. Os pedidos de isenção serão recebidos nos dias **21 e 22 de fevereiro de 2024**, conforme estabelecido no **Capítulo IV – Da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, deste Edital.

3.5. Não haverá restituição do valor pago referente à taxa de inscrição, em hipótese alguma.

3.6. As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição na rede bancária, conforme o disposto no **item 3.2** deste Edital.

3.6.1. As informações prestadas no Formulário de Inscrição *on-line* são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que feitas com o auxílio de terceiros, cabendo ao **INSTITUTO MAIS** o direito de excluir do Concurso Público aquele que

preenchê-lo com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente. O não preenchimento dos dados corretamente poderá implicar o cancelamento da inscrição.

3.6.1.1. O não preenchimento dos dados corretamente poderá implicar o cancelamento da inscrição.

3.6.2. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da nomeação, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

3.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, indicar, no ato da inscrição, o código da opção do Cargo conforme **Tabela I**, do **Capítulo I – Das Disposições Preliminares, item 1.5**, bem como todos os itens solicitados no Formulário de Inscrição on-line, principalmente, o seu endereço completo e correto, inclusive com a indicação do CEP.

3.8. Os candidatos inscritos **NÃO** deverão enviar cópia de documento de identidade ao **INSTITUTO MAIS**, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da Lei.

3.9. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por solicitação de inscrição via *Internet* não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Ademais, não se responsabilizam, tampouco reembolsarão candidatos por informações bancárias errôneas, advindas de crimes cibernéticos, em especial aquelas que se referem à linha de dígitos do código de barras do boleto bancário, que resulte em ausência de compensação bancária. O candidato deve se atentar para as informações dos seguintes dados bancários, sendo que o descumprimento das instruções para inscrição via *Internet* implicará a não efetivação da inscrição.

3.10. Após a conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição *on-line*, o candidato ou seu Procurador, deverá gerar o boleto bancário para o pagamento do valor da inscrição e deverá ficar atento ao que segue:

- a) ao emitir o boleto bancário, verifique se o Cargo de interesse está correto;
- b) verifique se no boleto bancário emitido para o pagamento da taxa de inscrição, consta o nome do candidato;
- c) certifique-se se o computador utilizado é confiável e se está com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado;
- d) o boleto bancário a ser gerado para este Concurso Público será emitido pelo **Banco Santander**;
- e) a representação numérica do código de barras (linha digitável) constante no boleto bancário, sempre iniciará com o número **03399.18047 413**, que identifica o **Banco Santander** e o **INSTITUTO MAIS**;
- f) antes de efetuar o pagamento, verifique se os primeiros números constantes no código de barras pertencem ao **Banco Santander**, pois boletos gerados por outras instituições bancárias, para o pagamento da taxa de inscrição deste Concurso Público, são automaticamente boletos falsos; e

3.10.1. Será de responsabilidade do candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no seu pagamento.

3.10.2. Em caso de dúvida na conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição *on-line*, entre em contato com o **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS**, através do telefone (11) 2539-0919, no horário das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00 (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para **sac@institutomais.org.br**.

3.11. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto bancário deverá ser pago antecipadamente.

3.12. O pagamento do valor da inscrição poderá ser efetuado em dinheiro, cheque do próprio candidato ou débito em conta corrente de bancos conveniados.

3.12.1. O pagamento efetuado por meio de cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação.

3.12.2. Em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, ou caso o mesmo seja preenchido com valor menor, não será permitida a complementação em hipótese alguma, bem como considerar-se-á sem efeito a inscrição.

3.12.3. O candidato que efetuar o **AGENDAMENTO DE PAGAMENTO** de sua inscrição deverá atentar-se para a confirmação do débito em sua conta corrente, na data do vencimento do boleto bancário.

3.12.4. Não tendo ocorrido o débito do valor agendado e consequente crédito na conta do **INSTITUTO MAIS**, a inscrição não será considerada válida, sob qualquer hipótese.

3.12.5 Serão canceladas as inscrições cujo pagamento da taxa de inscrição seja efetuado a valor menor do que o estabelecido na **Tabela I**, do **Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital e cujo pagamento da taxa de inscrição seja efetuado após a data de vencimento constante no boleto bancário.

3.12.5.1 Ocorrendo as hipóteses relacionadas no item **3.12.5**, não haverá a devolução da taxa de inscrição sob hipótese alguma.

3.12.6. As inscrições devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação no *site*, nos últimos dias de inscrição.

3.12.7. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.12.8. As inscrições efetuadas somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

3.13. Encerrado o prazo de inscrição e esgotados todos os prazos permitidos para pagamento, estampados no boleto bancário, mesmo tendo o candidato realizado o pagamento da inscrição, este ficará impossibilitado de participar do Concurso Público.

3.13.1. O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após o prazo de vencimento estabelecido no boleto bancário, não terá a sua inscrição efetivada. O valor pago pela taxa de inscrição não será devolvido.

3.14. O candidato que necessitar de qualquer tipo de **Condição Especial** para a realização da Prova Objetiva deverá solicitá-la por escrito, conforme **Anexo III**, no período das inscrições, de **21 de fevereiro a 21 de março de 2024**, com prazo para envio **por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “CONDIÇÃO ESPECIAL”, até às 17h00 do dia 22 de março de 2024.**

3.14.1. A solicitação de **Condições Especiais** será atendida obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e de razoabilidade.

3.14.2. O candidato que não realizar a solicitação estabelecida no **item 3.14**, durante o período de inscrição, não terá a prova especial e/ou as Condições Especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

3.14.3. De acordo com o **Decreto Federal n.º 8.727, de 28 de abril de 2016**, o candidato travesti ou transexual poderá solicitar a inclusão e uso do **Nome Social** para tratamento, devendo preencher totalmente e corretamente o requerimento de inclusão e uso do Nome Social, conforme modelo constante no **Anexo IV**, assinar e encaminhar o mesmo **durante o período das inscrições, de 21 de fevereiro a 21 de março de 2024**, com prazo para envio **por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “NOME SOCIAL”, até às 17h00 do dia 22 de março de 2024.**

3.14.3.1. Quando das publicações oficiais e nas listas de publicações no *site* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** será considerado o Nome Civil.

3.14.4. As solicitações de **Condição Especial** e de Inclusão e Uso de Nome Social se enviadas após o dia **22 de março de 2024** serão indeferidas.

3.15. O candidato durante o período de inscrição (**21 de fevereiro a 21 de março de 2024**), deverá informar no formulário de inscrição, **Número de Dependentes e seu Estado Civil** (casado ou viúvo), conforme Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, serão critérios de desempate no referido concurso, devendo:

3.15.1. O candidato que informar, no ato da inscrição, **ter dependentes** deverá anexar, no campo específico, a **Certidão de Nascimento e/ou Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável**, registrada no cartório (comprovação dos itens **a** e **b** do subitem **3.16.1.1**), Laudo Médico, atestando incapacidade do filho(a) ou enteado(a) (comprovação do item **b** do subitem **3.16.1.1**) e decisão judicial (comprovação dos itens **c** e **d** do subitem **3.16.1.1**) de seus dependentes.

3.15.1.1. São considerados dependentes:

- a)** filho(a) ou enteado(a), até 21 anos de idade;
- b)** filho(a) ou enteado(a), em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- c)** menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial; e
- d)** pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

3.15.2. O candidato que informar, no ato da inscrição, o seu estado civil **casado** deverá anexar, no campo específico, a Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, devidamente registrada em cartório.

3.15.3. O candidato que informar, no ato da inscrição, o seu estado civil **viúvo** deverá anexar, no campo específico, a Certidão de Casamento atualizada ou a Certidão de Óbito.

3.15.3.1. Os demais estados civis (solteiro, separado, divorciado, entre outros), não serão computados como critérios de desempate, portanto, não deverão ser anexadas as certidões.

3.16. Os documentos previstos no **item 3.14 (Condição Especial)**, subitem **3.14.3 (Nome Social)**, e item **3.15 (Número de Dependentes e Estado Civil)**, e seus subitens e alíneas, deverão ser encaminhados até às **17h00 do dia 22 de março de 2024**, por **upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em seus respectivos links.**

3.16.1. Antes de encaminhar a(s) solicitação(ões) e/ou o(s) documento(s) comprobatório(s), o candidato deverá:

- a)** **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo em formato **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- b)** no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar em formato **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- c)** os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- d)** conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e
- e)** verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.16.2. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

- a)** conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; e
- b)** conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

3.16.3. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem

como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.17. A partir de 05 (cinco) dias úteis, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), se os dados da inscrição efetuada via *Internet* foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato por meio do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS** através do telefone (11) 2539-0919, no horário das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00 (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para sac@institutomais.org.br.

3.18. Para efetuar consultas da inscrição o candidato deverá acessar o *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e clicar no *link* “**Meus Concursos**”, digitando o número do seu CPF e sua senha de acesso.

3.19. A partir do dia **05 de abril de 2024**, serão divulgadas no *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), as inscrições **Deferidas ou Indeferidas** (candidatos que se declararam **Pessoa com Deficiência – PCD**, candidatos que se declararam **Pessoas Negras, Negros e Afrodescendentes** e/ou solicitaram atendimento especializado para realização da Prova, **Número de Dependentes e Estado Civil**) e **Inscrições Homologadas** (candidatos efetivamente inscritos no Concurso Público).

3.19.1. Contra o indeferimento das inscrições caberá recurso, conforme **Capítulo XV – Dos Recursos**, deste Edital, nas datas prováveis de **08 e 09 de abril de 2024**.

3.20. O **Edital de Convocação**, em que constará a relação dos candidatos que realizarão a **Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)** será publicado na Imprensa Oficial do Município e divulgado no *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), na data provável de **19 de abril de 2024**.

IV – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. O candidato amparado pelas **Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, Lei Municipal nº 3.283, de 11 de agosto de 2016, Lei Municipal nº 3.106, de 30 de outubro de 2014 e Lei Municipal nº 2.295, de 03 de setembro de 2002**, poderá realizar, no período de **26 e 27 de dezembro de 2018**, seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, no *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) no *link* específico para inscrição/isenção, desde que seja doador de sangue ou esteja desempregado ou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal **e que atenda os seguintes requisitos:**

4.1.1. Considera-se doador de sangue na data da inscrição (Lei Municipal nº 3.283, de 11 de agosto de 2016):

a) Doador que comprovar doação não inferior a 3 (três) no período de 12 (doze) meses.

4.1.2. Considera-se desempregado na data da inscrição (Lei Municipal nº 2.295, de 03 de setembro de 2002):

a) Estar desempregado há mais de 06 (seis) meses;

b) Ter domicílio civil no Município há mais de 02 (dois) anos;

c) Quando, residindo com familiares, a renda bruta mensal da família, seja inferior a **R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)**;

d) Não possuir bens imóveis ou móveis, cujo patrimônio total possua valor superior a **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.

4.1.3. Considerar-se inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Lei Municipal nº 3.106, de 30 de outubro de 2014):

a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, com endereço no Município de Porto Ferreira; e

b) For membro de família com renda per capita de no máximo 1/3 (um terço) do salário-mínimo.

4.2. Para obter a sua isenção o candidato deverá proceder conforme estabelecido a seguir:

a) preencher **CORRETAMENTE**, no período de Inscrição/Isenção (**21 e 22 de fevereiro de 2024**) o **Formulário de Solicitação de Inscrição/Isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição**, que ficará disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), bem como declarar eletronicamente de que atende as condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na Lei; e

b) enviar por *upload* no *site* www.institutomais.org.br, na **Área Restrita do candidato**, em *link* específico, com Ref.: “**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**” os seguintes documentos:

4.2.1. Doador de Sangue:

4.2.1.1 Cópia xerográfica **autenticada** em nome do candidato que comprove, no mínimo 3 (três) doações de sangue, no prazo de 12 meses, retroativos à data do encerramento das inscrições deste Concurso Público.

4.2.1.1.1. Considera-se para fins do benefício previsto na Lei Municipal nº 3.283, de 11 de agosto de 2016, somente a doação de sangue promovida por órgão oficial ou organização credenciada pela **União**, pelo **Estado** ou **Município**, **contendo: nome completo do doador de sangue; número do CPF e número do RG do doador e dados referentes à doação, inclusive datas.**

OU

4.2.2 Desempregado:

4.2.2.1. Cópia xerográfica **autenticada** da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com baixa do último emprego há mais de 06 (seis) meses; Cópia xerográfica **autenticada** de comprovante de endereço no qual reside na cidade de Porto Ferreira/SP há mais de 02 (dois) anos; Cópia xerográfica **autenticada** da renda bruta mensal da família inferior a **R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)**, no caso do candidato residir com familiares) e auto declaração de não possuir bens imóveis ou móveis, cujo o patrimônio total possua valor superior a **R\$ 15.000,00 (quinze mil)**.

OU

4.2.3. Candidato Inscrito no CadÚnico:

4.2.3.1. Declaração fornecida pelo órgão gestor municipal do CadÚnico que o Cadastro da Família está atualizado há menos de 12 (doze) meses e que a renda per capita declarada e constante no CadÚnico é igual ou menor do que meio salário-mínimo per capita e Indicação do número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico no formulário de inscrição.

4.3. Os documentos previstos nos subitens 4.2 e seus subitens e alíneas, deverão ser enviados **até às 17h00 do dia 23 de fevereiro de 2024, por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em seus respectivos links.**

4.3.1. Antes de encaminhar a(s) solicitação(ões) e o(s) documento(s) comprobatório(s), o candidato deverá:

- a) **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo **em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;**
- b) no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar **em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;**
- c) os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e
- e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

4.3.2. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

- a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; e
- b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

4.3.3. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.4. A solicitação de que trata o subitem 4.2.3., Comprovação de inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, será encaminhada pelo **INSTITUTO MAIS** ao Órgão Gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.4.1. O pedido de isenção de que trata o subitem 4.2.3, acima, será analisado e julgado pelo Órgão Gestor do CadÚnico.

4.4.1.1. O candidato somente terá o seu pedido de isenção de taxa de inscrição **DEFERIDO**:

- a) Se o Órgão Gestor do CadÚnico deferir o pedido; e
- b) Encaminhar a Declaração fornecida pelo órgão gestor municipal do CadÚnico que o cadastro da família está atualizado há menos de 12 (doze) meses e que a renda per capita declarada e constante no CadÚnico é igual ou menor do que **meio salário mínimo** per capita, em conformidade da lei.

4.4.1.2. O candidato que não encaminhar os documentos relacionados no subitem 4.2.3 e no **Anexo V** do presente edital, terá o seu pedido **INDEFERIDO**.

4.5. Será considerada nula a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas; e/ou
- b) fraudar e/ou falsificar documentação.

4.5.1. Para os casos mencionados nas alíneas “a” e “b” acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

4.6. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- a) pleitear a isenção sem preencher o **Formulário de Solicitação de Inscrição/Isenção** disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**;
- b) não observar o período para a solicitação de isenção; e
- c) não observar ao solicitado no **item 4.2, bem como seus subitens e suas alíneas.**

4.7. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via *fax*, via correio eletrônico, *e-mail* ou outro meio que não estabelecido neste Edital.

4.8. Cada solicitação de isenção será analisada e julgada pela Equipe do **INSTITUTO MAIS**.

4.9. É vedada a concessão de isenção de 02 (duas) ou mais taxas de inscrição ao candidato no mesmo Concurso Público.

4.10. Ao término da apreciação dos Formulários de Solicitação de Isenção do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o **INSTITUTO MAIS** divulgará no endereço eletrônico (www.institutomais.org.br), na data provável de **08 de março de 2024**, o Resultado da Apreciação das Solicitações de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição na Área Restrita do candidato.

4.11. O requerimento de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso Público.

4.12. O candidato que tiver sua solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá interpor recurso nos dias **11 e 12 de março de 2024**, por meio do endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br).

4.13. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o **INSTITUTO MAIS** divulgará no endereço eletrônico www.institutomais.org.br, na data provável de **15 de março de 2024** o Resultado Final da Apreciação das Solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição, na Área Restrita do candidato.

4.14. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público por meio de inscrição, gerando o boleto bancário, com data de pagamento até **22 de março de 2024**, disponível **até 17h00**.

4.15. O interessado que não tiver sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferida, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste **Capítulo**, não terá sua inscrição efetivada.

V – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD

5.1. Nos termos dos **Decretos Federais n.º 3.298**, de 20 de dezembro de 1999 e **n.º 9.508**, de 24 de setembro de 2018, do Artigo 19, da Lei Municipal nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, serão reservadas vagas às pessoas com deficiência, a que se refere o Artigo 37, Inciso VIII, da Constituição Federal.

5.1.1. O percentual de reserva de vaga para pessoa com deficiência para cada Cargo será de 5% (cinco por cento) do total de vagas por Cargo.

5.1.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.1.3. Os candidatos com deficiência aprovados no concurso público serão convocados a ocupar a 5ª (quinta), 21ª (vigésima primeira), 41ª (quadragésima primeira), vagas do concurso público, e assim sucessivamente.

5.2. Para os Cargos cujo número não contemple as vagas conforme fração estabelecida nos **subitens 5.1.1 e 5.1.2**, acima, não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência, no presente momento.

5.2.1. Caso surjam novas vagas durante a validade do Concurso Público, as vagas serão reservadas conforme **item 5.1.1**, deste Edital.

5.2. Serão consideradas Pessoas com Deficiência aquelas que se enquadrarem no art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009 e Lei Federal nº 13.146/2015.

5.3. Os candidatos com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida de aprovação, para todos os demais candidatos.

5.4. No ato da inscrição, a Pessoa com Deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias de prova deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das Provas (materiais, equipamentos, Intérprete de Libras, Intérprete para Leitura Labial, Prova em Braille, Prova Ampliada, Auxílio de Ledor e/ou Tempo Adicional), devendo encaminhar a sua solicitação conforme estabelecido no **item 5.6**, deste Capítulo.

5.4.1. O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência que necessitar de Tempo Adicional para a realização das Provas deverá requerê-lo, **com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência**.

5.5. O candidato inscrito como deficiente deverá especificar, no Formulário de Inscrição *on-line*, a sua deficiência.

5.6. Durante o período de inscrições, de **21 de fevereiro a 21 de março de 2024**, com prazo para envio **por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “LAUDO MÉDICO**, até o dia **22 de março de 2024**, deverá ser providenciada a documentação e solicitação a seguir:

a) Atestado Médico Original, especificando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, versão 10 ou superior, bem como a provável causa da deficiência, informando também o seu nome, número do Documento de Identidade (RG ou RNE), número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a opção de Cargo;

b) O candidato com deficiência visual, que necessitar de prova especial em Braille, ou Ampliada, ou a necessidade de leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, **conforme Anexo III, deste Edital**, até o término das inscrições, especificando o tipo de deficiência;

c) O candidato com **deficiência auditiva**, que necessitar do atendimento do **intérprete de Língua Brasileira de Sinais**, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, **conforme Anexo III, deste Edital**, até o término das inscrições;

d) O candidato com **deficiência que necessitar de tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, **conforme Anexo III, deste Edital**, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência;

e) O candidato com **deficiência física**, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, **conforme Anexo III, deste Edital**, até o término das inscrições, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.

5.6.1 Aos candidatos com deficiência visual (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.

5.6.2 Aos candidatos com deficiência visual (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.

5.6.2.1 O candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova Ampliada, entre **18, 24 ou 28**. Não havendo indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 24.

5.6.3 Os documentos previstos no **item 5.6. alíneas “a” a “e”**, deverão ser encaminhados **até às 17h00 do dia 22 de março de 2024, por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico “LAUDO MÉDICO”**.

5.6.4. Antes de encaminhar a solicitação e os documentos comprobatórios, o candidato deverá:

a) **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo **em formato PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

b) no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar **em formato PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

c) os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;

d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e

e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

5.6.5. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; e

b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

5.6.6. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.7. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade, legalidade e razoabilidade do pedido.

5.8. Os candidatos com deficiência deverão submeter-se, quando convocados, a exame médico a ser realizado pela **Departamento Médico da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não.

5.8.1 Havendo o parecer médico oficial contrário a condições de deficiente, o nome do candidato será excluído da listagem correspondente.

5.8.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem classificatória.

5.8.3. A não observância pelo candidato de qualquer das disposições deste **Capítulo** implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas a deficientes.

5.8.4. Será eliminado da lista de Pessoa com Deficiência o candidato, cuja deficiência, assinalada no Formulário de Inscrição *on-line*, não se constate, devendo este constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

5.8.5. A deficiência existente jamais poderá ser arguida para justificar readaptação funcional ou concessão de aposentadoria, salvo se dela advierem complicações que venham a produzir incapacidade ocupacional parcial ou total.

5.8.6. O candidato, cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com o Cargo a ser desempenhado, será desclassificado.

5.9. O candidato que não atender, dentro do prazo estabelecido, aos dispositivos mencionados no **item 5.6 e seus subitens e suas alíneas** não terá a condição especial atendida e não será considerado Pessoa com Deficiência, seja qual for o motivo alegado.

5.9.1. O candidato que, no ato da inscrição, declarar ser Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome publicado na lista geral dos aprovados e em lista específica.

5.9.2. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste **Capítulo**, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

5.9.2.1. É assegurado ao candidato desclassificado o direito de recorrer da decisão proferida pela junta multidisciplinar no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data do Resultado Oficial.

5.10. O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público.

5.11. A divulgação do **Comunicado de Deferimento e Indeferimento das Inscrições dos Candidatos Inscritos como Pessoa com Deficiência – PCD e que solicitaram atendimento especializado para realização da Prova**, está prevista para o dia **05 de abril de 2024** no site do INSTITUTO MAIS e na Imprensa Oficial do Município.

5.11.1. O candidato cuja inscrição na condição de Pessoa com Deficiência – PCD ou sua solicitação de atendimento especializado tenham sido indeferidas poderá interpor recurso, nas datas previstas de **08 e 09 de abril de 2024**, conforme procedimentos relacionados no **Capítulo XV – Dos Recursos**.

CAPÍTULO VI – DA INSCRIÇÃO PARA NEGROS, NEGRAS OU AFRODESCENDENTES

(LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 3.649/2022, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.465/2023)

6.1. Ao candidato Negro, Negras ou Afrodescendentes que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas na **Lei Complementar Municipal nº 3.649**, de 01 de fevereiro de 2022, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 2.465**, de 20 de junho de 2023, fica reservado, para cada Cargo no Concurso Público, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas, conforme na **Tabela I**, do **Capítulo I – Das Disposições Preliminares, item 1.5**, deste Edital.

6.1.1. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 03 (três).

6.1.2. Conforme estabelece na **Lei Complementar Municipal nº 3.649**, de 01 de fevereiro de 2022, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 2.465**, de 20 de junho de 2023, na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos Negro, Negra ou Afrodescendente e este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

6.2. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos Negros, Negras ou Afrodescendente aqueles que no ato da inscrição no Concurso Público, efetuarem a autodeclaração étnico racial.

6.2.1. Para efeito do Concurso Público pretendido, a não manifestação do candidato implicará na preclusão do direito de concorrer às vagas reservadas aos negros.

6.2.2. Segundo estabelece o artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.465, de 20 de junho de 2023, que regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 3.649, de 01 de fevereiro de 2022, Negros e Negras são as pessoas que se enquadram como Pretos, Pardos ou denominação equivalente, conforme as opções de raça e cor utilizadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2.3. A expressão “denominação equivalente” a que se refere o subitem **6.2.2**, apenas será considerada quando a fentopia da pessoa a identifique socialmente como Negra.

6.2.4. A autodeclaração étnico-racial goza de presunção relativa de veracidade.

6.2.4.1. A autodeclaração não dispensa a efetiva correspondência da identidade fenotípica do candidato com a de pessoa identificadas socialmente como negras.

6.3. Constatada a falsidade da declaração, a que se refere este Capítulo, será o candidato eliminado do Concurso Público e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.4. A Autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas.

6.4.1. A Autodeclaração somente terá validade se efetuada no momento da inscrição.

6.5. Para concorrer às vagas referidas no **item 6.1**, deste Edital, o candidato deverá, durante o período das inscrições (**21 de fevereiro a 21 de março de 2024**), proceder da seguinte forma:

a) declarar essa condição em seu Formulário de Inscrição *on-line*;

b) preencher e encaminhar a Autodeclaração constante do **Anexo VI**, deste Edital; e

c) encaminhar 01 (uma) foto, em **tamanho 5x7**, de rosto inteiro, do topo da cabeça até o final dos ombros, com fundo neutro, sem sombras e **DATADA** há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de envio, devendo a data estar estampada na frente da foto. caso o candidato use óculos, deverá retirá-lo.

6.5.1 Os documentos previstos no **item 6.5 alíneas “a”, “b” e “c”**, deverão ser encaminhados **até às 17h00 do dia 22 de março de 2024**, por **upload no site www.institutomais.org.br**, na **Área Restrita do candidato**, em **link específico** “RESERVA DE VAGA PARA NEGRO, NEGRA OU AFRODESCENDENTE ”

6.5.2. Antes de encaminhar a solicitação e os documentos comprobatórios, o candidato deverá:

a) digitalizar as cópias dos documentos e salvar o arquivo em formato **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

b) no caso de Documento Digital, baixar o arquivo e enviar em formato **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

c) os documentos que possuem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;

d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e

e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu

conteúdo.

6.5.3. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

- a)** conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; **e**
- b)** conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

6.5.4. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.5.4.1. Para obter o Formulário de Inscrição *on-line* o candidato deverá acessar o *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), clicar no *link* "**Meus Concursos**", digitando o número do seu CPF e sua senha de acesso, e clicar no Ícone "**Situação da Inscrição**".

6.5.4.2. **Não serão consideradas as fotos encaminhadas fora do padrão exigido (5x7), sem data ou com data escrita a "mão".**

6.5.5. O não cumprimento, pelo candidato, do disposto no **item 6.5, suas alíneas e subitens**, deste Edital, impedirá que concorra às vagas reservadas aos Negros, Negras ou Afrodescendentes passando a concorrer às vagas da ampla concorrência, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, questionamento dessa situação.

6.5.6. Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão ou exclusão, a pedido do candidato, na lista de candidatos Negros, Negras ou Afrodescendentes.

6.6. O candidato, inscrito nos termos deste Capítulo, participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das Provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das Provas e à nota mínima exigida de aprovação, para todos os demais candidatos.

6.7. A verificação da conformidade das situações com a Política Pública de Cotas Raciais, dar-se-á mediante procedimento de análise da correspondência entre a autodeclaração e as características fenotípicas que identifiquem o candidato socialmente como negro e conseqüente compatibilidade com a política pública de cotas raciais.

6.8. Os candidatos Negros, Negras ou Afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, caso existam, de acordo com a sua classificação no Concurso Público.

6.8.1. Caso o candidato seja aprovado nas duas Listas, o mesmo terá sua nomeação por aquela em que estiver melhor classificado, ficando automaticamente excluído da outra, nomeando-se em seu lugar o candidato subsequente, respeitada a ordem de classificação.

6.8.2. Em caso de desistência de candidato Negro, Negra ou Afrodescendentes aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato Negro, Negra ou Afrodescendentes posteriormente classificado.

6.8.3. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos Negros, Negras ou Afrodescendentes aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6.9. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas aos candidatos Negros e PCD.

6.10. Será publicada uma listagem específica, por Cargo e por ordem classificatória, dos candidatos Negros, Negras ou Afrodescendentes aprovados, além daquela com todos os candidatos aprovados no Concurso Público.

VII – DAS PROVAS

7.1. O Concurso Público constará das seguintes provas:

FASES	TIPO DE AVALIAÇÃO			CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL DA REALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CADA FASE		
GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE							
PRIMEIRA	PROVA ESCRITA	DISCIPLINAS		Nº DE ITENS	PESOS	Eliminatório e Classificatório	Instituto Mais
		Língua Portuguesa		08	1		
		Raciocínio Lógico-Matemático		07	1		
		Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal		05	1		
Conhecimentos Específicos		20	1				
SEGUNDA	PROVA DE APTIDÃO FÍSICA: Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física.			Eliminatório e Classificatório	Instituto Mais		
TERCEIRA	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: com análise de perfil para o Cargo.			Eliminatório	Instituto Mais		
QUARTA	INVESTIGAÇÃO DE CONDUTA E VIDA PREGRESSA			Eliminatório	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira/SP		
QUINTA	EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO			Eliminatório	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira/SP		
SEXTA	APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA			Eliminatório	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira/SP		
CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE				Eliminatório	Escola de Formação de Guarda Civil Municipal		

7.2. A Primeira Fase – Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, constará de questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas cada, que terá uma única resposta correta. Versará sobre os programas contidos no Anexo II, deste Edital, e buscará avaliar o grau de conhecimento do candidato para o desempenho do Cargo e será avaliada conforme Capítulo VIII – Do Julgamento da Primeira Fase – Prova Escrita, deste Edital.

7.3. A Segunda Fase – Prova de Aptidão Física: Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo X – Segunda Fase – Prova de Aptidão Física, deste Edital.

7.4. A Terceira Fase – Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo XI – Da Realização da Terceira Fase – Avaliação Psicológica, deste Edital.

7.5. A Quarta Fase – Investigação de Conduta e Vida Pgressa, de caráter eliminatório, será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo XII – Da Realização da Quarta Fase – Investigação de Conduta e Vida Pgressa, deste Edital.

7.6. A Quinta Fase – Exame Médico e Odontológico para o Cargo, de caráter eliminatório, será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo XIII – Da Realização da Quinta Fase – Exame Médico e Odontológico para o Cargo, deste Edital.

7.7. A Sexta Fase – Apresentação Documental Exigida, de caráter eliminatório, será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo XIV – Da Realização da Sexta Fase – Apresentação Documental Exigida, deste Edital.

7.8. O Curso de Formação da Guarda Civil Municipal Aspirante, de caráter eliminatório, será realizado e avaliado conforme estabelecido no Capítulo XVIII – Do Curso de Formação, deste Edital.

VIII – DA PRESTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE – PROVA ESCRITA (OBJETIVA)

8.1. A Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva) será realizada no município de Porto Ferreira/SP, na data prevista de **28 de abril de 2024**, em locais e horários a serem comunicados oportunamente no Edital de Convocação para as Provas Objetivas, a ser publicado no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), conforme períodos estabelecidos a seguir:

DATA PREVISTA DA PROVA / PERÍODO	CARGO
28/04/2024 (MANHÃ)	GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE

8.1.1. Se o número de candidatos inscritos exceder a oferta de lugares adequados existentes nas escolas do município de Porto Ferreira/SP, o INSTITUTO MAIS reserva-se ao direito de alocá-los em municípios próximos determinados para

aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

8.1.2. Ao candidato só será permitida a participação nas Provas na respectiva data, horário e local constante no **Edital de Convocação para Realização Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)**, divulgados nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** (www.portoferreira.sp.gov.br), bem como na Imprensa Oficial do Município.

8.1.3. Não será permitida, em hipótese alguma, realização da Prova em outra data, horário ou fora do local designado.

8.1.4. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de Prova.

8.2. Os eventuais erros de digitação de **número de Documento de Identidade, sexo e endereço**, poderão ser corrigidos no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), em até **02 (dois) dias corridos** após a aplicação das Provas, no Menu **“Meus Concursos”**, Ícone **“Correção Cadastral”**, sendo obrigatório ser informado para o Fiscal da Sala, no dia de realização da Prova, e registrado a referida pretensão de correção na **Ata da Sala**.

8.2.1. Caso exista a necessidade de ser efetuado correção de **nome** e da **data de nascimento**, no dia de realização da Prova, o candidato deverá solicitar ao Fiscal da Sala a devida correção, a qual será realizada em **Formulário Específico**, devendo ser assinado pelo candidato e pelo Coordenador do local de aplicação das Provas.

8.2.2. A correção de **e-mail** somente poderá ser efetuada através do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS**, enviando mensagem para sac@institutomais.org.br OU entrar em contato através do telefone (11) 2539-0919, no horário das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00 (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados.

8.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a Prova com antecedência **mínima de 30 (trinta) minutos**, munido de:

a) caneta esferográfica de tinta azul ou preta, **de corpo transparente;**

b) ORIGINAL de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE); Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CREA, CRF, CRQ, etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/1997); ou

b.1) APLICATIVO de um dos seguintes documentos digitais de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira Nacional de Habilitação ou Título Eleitoral Digital (e-Título), com foto. Neste caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor.

8.3.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

8.3.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento **não** terão validade como documento de identidade.

8.3.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das Provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em Formulário Específico.

8.3.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

8.3.3.2. No dia da realização das Provas Objetivas, o **INSTITUTO MAIS** poderá submeter os candidatos à revista, por meio de detector de metais.

8.3.5. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, **bem como não serão aceitos documentos digitalizados ou “print” de tela, para a realização das provas.**

8.3.6. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

8.4. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

8.5. No dia da realização da Prova, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de Prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **INSTITUTO MAIS** procederá à inclusão do referido candidato por meio de preenchimento de Formulário Específico, mediante a apresentação do comprovante de inscrição e pagamento.

8.5.1. A inclusão, de que trata o **item 8.5**, será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **INSTITUTO MAIS** na fase de julgamento das Provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

8.5.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o **item 8.5**, esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas e/ou utilizar aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, *receptor*, *telefone celular*, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *ipod*) e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido e qualquer tipo de relógio, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

8.6.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de prova. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo que a embalagem, não reutilizável, fornecida para o armazenamento de tais aparelhos, somente poderá ser rompida após a saída do candidato do local de provas.

8.6.1.1. Constitui exceção à regra do item 8.6 e subitem 8.6.1, para os candidatos que serão identificados por meio de documento digital, conforme **item 8.3, alínea “b.1”** deste Capítulo, cuja conferência será por meio do aplicativo digital no aparelho celular do candidato. Neste caso o aparelho será lacrado imediatamente após a conferência do fiscal e antes da entrada na sala de prova.

8.6.2. Após o início das provas, caso o equipamento eletrônico (telefone celular, relógio digital, entre outros) toque e esteja dentro da embalagem cedida para a guarda do pertence, o fiscal da sala deverá comunicar imediatamente à Coordenação, que solicitará ao candidato a abertura da embalagem e o desligamento do mesmo, guardando novamente em embalagem cedida e o fiscal registrará em Ata.

8.6.2.1. No caso do telefone celular tocar e o candidato atender, ou constatado que o equipamento eletrônico (telefone celular, relógio digital, entre outros) esteja fora da embalagem cedida para a guarda ou a embalagem rompida, o fiscal de sala comunicará à Coordenação e o candidato será excluído do Concurso Público, registrando-se no Termo de Eliminação.

8.6.3. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso Público, é vedado que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das Provas, salvo os candidatos amparados pela Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e alterações.

8.6.3.1. O candidato que estiver portando arma de fogo, amparado pela Lei mencionada no **subitem 8.6.3,** deverá realizar o desmuniamento da mesma e acondicioná-la em embalagem cedida para guardar, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das Provas.

8.6.4. Durante a realização da Prova, o candidato que quiser ir ao sanitário deverá solicitar ao Fiscal da Sala sua saída e este designará um Fiscal de Corredor para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste ser submetido à revista por meio de detector de metais.

8.6.4.1. Na situação descrita no **subitem 8.6.4,** se for detectado que o candidato esteja portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, **mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato,** este será eliminado automaticamente do Concurso Público.

8.6.4.2. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as Provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão encaminhar sua solicitação de Condição Especial, conforme **subitem 3.14** deste Edital, comunicando previamente ao **INSTITUTO MAIS,** acerca da situação. Estes candidatos deverão ainda comparecer ao local de Provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de equipamentos.

8.7. Durante a realização da **Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva),** não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

8.8. Não será admitido, durante a Prova, o uso de boné, óculos escuros, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra a cabeça e/ou as orelhas do candidato.

8.8.1. Não há proibição quanto ao uso de lápis, desde que não seja tabuada ou que contenha instrumento de cálculo, lapiseira de corpo transparente, apontador e borracha sem invólucro. Os demais materiais não serão permitidos.

8.9. Quanto à Prova Escrita (Objetiva):

8.9.1. Para a realização da Prova Escrita (Objetiva), o candidato lerá as questões no Caderno de Questões e fará a devida marcação na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, **de corpo transparente.**

8.9.1.1. A Folha de Resposta deverá ter todas as questões assinaladas, sendo **VEDADO A ENTREGA DA FOLHA COM QUESTÃO EM BRANCO.**

8.9.1.2. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras, ainda que ilegível, mesmo que uma delas esteja correta.

8.9.1.2. Não deverá ser feita qualquer marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.9.1.2.1. A **Folha de Respostas da Prova Escrita (Objetiva)** será **desidentificada pelo fiscal da sala, quando da entrega da referida folha pelo candidato, no término da prova, destacando da mesma o Cartão de Identificação que será colocado em um envelope, que será lacrado.**

8.9.1.2.2. Após a publicação das notas da Prova Escrita (Objetiva) obtidas pelos candidatos haverá a sessão de audiência pública, onde haverá a identificação da Folha de Respostas da Prova Escrita (Objetiva), com data prevista para **20 de maio de 2024.**

8.10. A totalidade das Provas terá a duração de **03h00 (três horas), para todos os Cargos**

8.10.1. Iniciadas as Provas, os candidatos não poderão retirar-se da sala antes de decorrida **01 (uma) hora** do início das mesmas.

8.10.2. Após o tempo mínimo de permanência em sala, conforme o estabelecido no **subitem 8.10.1**, acima, ao terminar a sua Prova, o candidato poderá levar o Caderno de Questões, deixando com o Fiscal da Sala a sua Folha de Respostas das Provas Objetivas, pois será o único documento válido para a correção.

8.10.3. O candidato após entregar todo o material correspondente à Prova realizada para o Fiscal da Sala, deverá, imediatamente, retirar-se da sala e do prédio, bem como, não poderá utilizar os banheiros.

8.10.4. O candidato que desejar utilizar o banheiro, antes de sair do prédio, deverá solicitar o acompanhamento de um Fiscal antes de entregar o material correspondente a sua Prova.

8.11. Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que:

8.11.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais ou horários pré-determinados;

8.11.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no **item 8.3**, alíneas “b” e “b.1”, deste Capítulo;

8.11.3. Não comparecer à Prova, seja qual for o motivo alegado;

8.11.4. Ausentar-se da sala de Prova sem o acompanhamento do Fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no **subitem 8.11.1**, deste Capítulo, seja qual for o motivo alegado;

8.11.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a Prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;

8.11.6. For surpreendido portando agenda eletrônica, *bip*, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, receptor, **telefone celular**, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *ipod*, **qualquer tipo de relógio** e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido;

8.11.7. Tiver o funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das Provas;

8.11.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as Provas;

8.11.9. Não devolver as Folhas de Respostas cedidas para a realização da Prova;

8.11.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos Examinadores, Executores e seus Auxiliares, ou Autoridades presentes;

8.11.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;

8.11.12. Ausentar-se da sala de Provas, a qualquer tempo, portando as Folhas de Respostas;

8.11.13. Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e nas Folhas de Respostas;

8.11.14. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

8.11.15. Recusar-se a se submeter ao sistema de detecção de metal, quando da entrada e saída do uso dos sanitários.

8.11.16. For surpreendido portando qualquer equipamento eletrônico ao utilizar os sanitários; e

8.11.17. Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações, acerca do local da Prova e de seus participantes.

8.12. Constatado, após a Prova, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por qualquer outro meio, ter o candidato utilizado procedimentos ilícitos, sua Prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

8.13. Não haverá, por qualquer motivo alegado, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Prova em razão de afastamento do candidato da sala de Prova.

8.14. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da Prova será de sua exclusiva responsabilidade.

8.15. Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A Equipe de Coordenação responsável pela aplicação da Prova dará todo o apoio que for necessário.

8.16. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, este não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

8.17. O local de realização das Provas será de acesso exclusivo dos candidatos convocados, da Equipe de Coordenação, Fiscais e Apoios, não sendo permitido permanecer no local qualquer acompanhante de candidatos (idosos, menores de idade que não necessitem de amamentação, etc.), bem como aqueles que já realizaram a referida Prova.

8.18. A candidata lactante que necessitar amamentar no dia da realização das provas, deverá encaminhar sua solicitação de atendimento especial, em até 05 (cinco) dias úteis antes da realização da prova, por meio do Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC) do INSTITUTO MAIS, enviando mensagens para sac@institutomais.org.br, identificando seu nome, Cargo, CPF e o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo: “CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP – Edital nº 05/2024 – Ref.: “AMAMENTAÇÃO”.

8.18.1 No dia da realização da prova, deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade, cuja pessoa deverá possuir maioridade legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança.

8.18.2. Durante o período em que a candidata estiver amamentando, ela deverá permanecer no local designado pela Coordenação para este fim e, ainda, na presença de uma Fiscal, respeitando todas as demais normas estabelecidas neste Edital.

8.18.3. O acompanhante que ficará responsável pela criança também deverá permanecer no local designado pela Coordenação e submeter-se-á a todas as normas constantes deste Edital, inclusive no tocante ao uso de equipamentos eletrônicos e celular, bem como deverá apresentar um dos documentos previstos nas alíneas “b” e “b.1”, do item 8.3 para acessar o local designado e permanecer nele.

8.18.4. O **INSTITUTO MAIS** não disponibilizará acompanhante para guarda de criança. Assim, a candidata, nesta condição, que não levar acompanhante, não realizará as Provas.

8.18.5. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

8.19. No dia da realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da Equipe de Coordenação da Prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das Provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.20. Quanto aos Cadernos de Questões, após a distribuição destes e antes do início da prova, sob hipótese ainda que remota, de ocorrência de falhas na impressão, haverá substituição dos Cadernos com manchas, borrões e/ou qualquer imperfeição que impeça a nítida visualização da prova.

8.20.1. Na hipótese, ainda que remota, de falta de Cadernos para substituição, será feita a leitura dos itens onde ocorreram as falhas, utilizando-se um Caderno completo.

8.21. A verificação de eventuais falhas no Caderno de Questões, mencionadas no item 8.20 e seu subitem, deste Capítulo, deverá ser realizada pelo candidato, antes do início da prova e após determinação do Fiscal, não sendo aceitas reclamações posteriores.

8.22. Os **02 (dois) últimos candidatos** em sala deverão permanecer na mesma até que o último deles termine a prova.

8.23. O candidato que insistir em sair antes dos prazos estabelecidos neste Capítulo, descumprindo as informações estabelecidas, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pela Equipe de Coordenação passando à condição de candidato eliminado.

8.24. O candidato que necessitar de **Comprovante de Comparecimento**, deverá solicitar ao Fiscal da Sala, onde estiver realizando a prova, e, ao seu término, deverá retirar junto à Equipe de Coordenação. Não serão emitidos Comprovaes de Comparecimento após a data de realização da prova.

8.25. O Gabarito Oficial da **Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)** será divulgado no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, na data prevista de **29 de abril de 2024**.

IX – DO JULGAMENTO DA PRIMEIRA FASE – PROVA ESCRITA (OBJETIVA)

9.1. A **Prova Objetiva** será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

9.2. Na avaliação da prova, será utilizado o **Escore Bruto**.

9.3. O **Escore Bruto** corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.

9.3.1. Para se chegar ao total de pontos, o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova e multiplicar pelo número de questões acertadas. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato.

9.4. Será considerado habilitado o candidato que obtiver pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos na **Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)** e que estiver de dentro dos quantitativos especificados na Tabela a seguir, observando a rigorosa ordem de classificação, com os critérios de desempate aplicados, **mais os empatados na última posição, conforme Capítulo XVI – Da Classificação Final dos Candidatos:**

Cargo	Número de candidatos considerados habilitados nas Provas Objetivas (Lista Geral – Ampla Concorrência)	Número de candidatos considerados habilitados nas Provas Objetivas (Pessoas com Deficiência – PCD)	Número de candidatos considerados habilitados nas Provas Objetivas (Negro, Negra ou Afrodescendentes)
GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE	100ª (centésima) posição , mais todos os candidatos empatados na última posição.	Todos os candidatos habilitados nas Provas Objetivas.	20ª (vigésima) posição , mais todos os candidatos empatados na última posição.

9.4.2. O candidato que não atingir a colocação estabelecida acima, **será automaticamente eliminado do Concurso Público**.

9.4.3. A quantidade preestabelecida de candidatos poderá sofrer alteração de acordo com as necessidades da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**.

9.5. Em hipótese alguma, haverá revisão de Provas.

9.6. Caberá recurso do Resultado Provisório das **Provas Objetivas**, conforme estabelecido no **Capítulo XI – Dos Recursos**, deste Edital.

9.7. **Será eliminado do concurso o candidato que não preencher todas as questões na Folha de Respostas da Prova Objetiva.**

X – DA SEGUNDA FASE – PROVA DE APTIDÃO FÍSICA – AFERIÇÃO DE ALTURA E TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

10.1. Os candidatos habilitados na Primeira Fase - Prova Escrita (Objetiva), conforme estabelecido no **Capítulo IX – Do Julgamento da Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)**, deste Edital, serão convocados para a **Segunda Fase - Prova de Aptidão Física: Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física**, observando a rigorosa ordem de classificação, com os critérios de desempate aplicados,

10.1.1. Considera-se Teste de Aptidão Física o conjunto de avaliações físicas realizadas pelos candidatos, com deficiência ou não, ao cargo de Guarda Civil Municipal Aspirante, em ordem preestabelecida, com a finalidade de avaliar a capacidade do candidato para suportar, física e organicamente, as exigências de prática de atividade física a que será submetido durante o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal Aspirante e para desempenhar as atividades típicas da categoria funcional.

10.2. A **Aferição de Altura e o Teste de Aptidão Física** serão realizados no município de **Porto Ferreira/SP**, na data prevista de **15 e/ou 16 de junho de 2024**, em horário e local a serem informados por ocasião da divulgação do **Resultado Final da Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva)**.

10.2.1. Caso não exista no município de **Porto Ferreira/SP** local adequado para a aplicação da **Segunda Fase – Prova de Aptidão Física**, o **INSTITUTO MAIS** reserva-se ao direito de realizar a Prova em cidades próximas, onde exista local adequado à realização da referida fase, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

10.2.2. O candidato que **não comparecer para realizar a avaliação** ou for considerado **INAPTO** na **Prova de Aptidão Física**, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

10.3. Os candidatos inscritos como Pessoa com Deficiência, convocados para realizar a **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física** participarão desta fase de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.

10.3.1. Não haverá adaptação dos testes de aptidão física às condições do candidato inscrito como Pessoa com Deficiência – PCD.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física**, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

10.4.1. A convocação dos candidatos habilitados para realizar a **Segunda Fase – Prova de Aptidão Física** dar-se-á por ordem alfabética, por turma, em número a ser definido em razão da viabilidade técnica de aplicação dos testes.

10.4.2. O candidato não poderá alegar prejuízo em sua performance em razão do horário para o qual foi convocado.

10.4.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização da **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física** em outro dia, horário ou fora do local designado no Edital de convocação.

10.4.4. Não haverá segunda chamada ou repetição dos testes da **Segunda Fase – Prova de Aptidão Física** seja qual for o motivo alegado.

10.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física** com antecedência **mínima de 30 (trinta) minutos** do horário marcado para sua realização, **munido**:

a) de **Documento Oficial de Identidade**, conforme estabelecido no **item 8.3, alínea “b” e “b1”**, deste Edital;

b) do **ORIGINAL do Atestado Médico nominal ao candidato**, emitido com, no máximo, 30 (trinta) dias úteis de antecedência da data do seu Teste, devidamente assinado e carimbado pelo Médico, constando visivelmente o **número do registro do Conselho Regional de Medicina (CRM)** do mesmo, em que certifique especificamente estar o candidato **APTO para realizar ESFORÇO FÍSICO ou ATIVIDADES FÍSICAS**, devendo **obrigatoriamente** conter:

- TIMBRE/CARIMBO DO ÓRGÃO DE SAÚDE OU DA CLÍNICA DE SAÚDE;
- Nome completo e número do Documento de Identidade do candidato;
- Atestar, sob as penas da Lei, que o(a) Candidato(a) **encontra-se APTO(A) para realizar Testes de Esforços Físicos ou Atividades Físicas**;
- Local e data de emissão do Atestado – **Obs.: esta data não poderá ultrapassar os 30 (trinta) dias úteis de antecedência da data do Teste**; e
- Nome, Assinatura, número do CRM e carimbo do Médico.

ATENÇÃO: O candidato que NÃO APRESENTAR O ATESTADO MÉDICO de acordo com o solicitado, NÃO PODERÁ realizar a Prova de Aptidão Física e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

c) comparecer com roupa apropriada para prática desportiva, ou seja, basicamente calção e camiseta ou agasalhos, e calçando tênis.

MODELO DE ATESTADO MÉDICO
TIMBRE/CARIMBO DO ÓRGÃO DE SAÚDE OU DA CLÍNICA DE SAÚDE

Atesto, sob as penas da Lei, que o Senhor (a) _____, portador(a) do Documento de Identidade RG nº _____, encontra-se **APTO(A)** para realizar testes de esforços físicos ou atividades físicas.
(Local e data de emissão do atestado – Obs.: esta data não poderá ultrapassar os **30 (trinta) dias úteis** de antecedência da data do Teste)

(Nome, Assinatura, CRM e carimbo do Médico)

10.5.1. O Atestado Médico emitido em formato Digital deverá ser apresentado impresso e conter, além dos requisitos estabelecidos na alínea “b”, acima, a assinatura digital ou eletrônica, a identificação do assinante, bem como conter o código de verificação de sua autenticidade.

10.5.1.1. O Atestado Médico Original ou emitido em formato Digital será retido no dia da aplicação da Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física.

10.5.1.2. Não será aceito Atestado Médico em cópia simples, cópia autenticada ou no caso de Atestado Médico emitido em formato Digital, apresentado em tela de celular, tablet ou computador, bem como não serão aceitos documentos digitalizados ou “print” de tela.

10.5.1.3. Não participará da Segunda Fase – Prova de Aptidão Física, o candidato que não apresentar o atestado mencionado na forma estabelecida no item 10.5. ou cujo atestado esteja rasurado ou que não esteja em conformidade com o descrito neste Edital.

10.5.2. O aquecimento/alongamento e a preparação para os Testes serão de responsabilidade do próprio candidato, já que os mesmos não serão ministrados pelos Avaliadores.

10.5.2.1. O candidato deverá se preparar com antecedência para realização **da Prova de Aptidão Física**, sendo de sua responsabilidade a sua preparação, não podendo interferir no andamento do Concurso Público.

10.5.2.2. Não haverá compensação do tempo utilizado para a realização do aquecimento/alongamento durante os testes da Prova.

10.5.3. Para a realização da **Prova de Aptidão Física**, recomenda-se ao candidato fazer sua refeição com antecedência de 2 (duas) horas em relação à realização dos testes.

10.6. Antes do início da **Prova de Aptidão Física**, será realizada a aferição da altura, nos termos do disposto no item 2.1.5, sendo **1,60m (um metro, sessenta centímetros) descalço, para os candidatos do sexo masculino e de 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) descalça, para as candidatas do sexo feminino.**

10.6.1. O(A) candidato(a) que não possuir a altura mínima exigida, nos termos do estabelecido na **Lei Complementar Municipal nº 179**, de 28 de novembro de 2017, **estará ELIMINADO(A)** do concurso e **não realizará a Prova de Aptidão Física.**

10.7. A **Prova de Aptidão Física** será aplicada por Banca Examinadora constituída por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física (CREF) com habilitação plena em Educação Física.

10.8. A critério do **INSTITUTO MAIS**, a **Prova de Aptidão Física** poderá ser filmada.

10.9. A **Segunda Fase – Prova de Aptidão Física** constará dos exercícios citados a seguir, para ambos os sexos, sendo que a pontuação final da **Prova de Aptidão Física** será a somatória das notas obtidas em cada teste realizado, totalizando **100 (cem) pontos**:

10.9.1. Agilidade / Teste “Shuttle Run”;

10.9.2. Abdominal;

10.9.3. Flexão dos Braços; e

10.9.4. Corrida em 12 (doze) minutos.

10.9.5. O desempenho das modalidades dos testes será avaliado de acordo com o gênero e idade dos candidatos, nos termos da Tabela constante no **ANEXO VII** deste Edital.

10.9.6. Em cada modalidade dos 04 (quatro) testes, a pontuação mínima exigida é de 12,5 (doze e meio) pontos.

10.9.7. Ao candidato que ultrapassar o desempenho mínimo, será atribuída nota compatível com o desempenho em cada teste, observada a pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos, nos termos da Tabela constante no **ANEXO VII** deste Edital.

10.10. Os candidatos poderão levar recipientes com água para sua hidratação, realizando-a nos intervalos dos testes.

10.10.1. Não serão fornecidos água e alimentos no local de aplicação do **Prova de Aptidão Física.**

10.11. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora, a **Prova de Aptidão Física** poderá ser cancelada, adiada ou interrompida, acarretando aos candidatos que ainda não realizaram os testes, o adiamento para nova data de realização.

10.11.1. Os candidatos que tiverem testes concluídos não os realizarão novamente.

10.12. A Prova de Aptidão Física objetiva avaliar a condição física do candidato para o exercício das atividades do Cargo de Guarda Civil Municipal Aspirante.

10.12.1. A Prova de Aptidão Física consistirá na execução de baterias de exercícios, considerando-se **habilitado** o candidato que atingir a quantidade mínima de aprovação indicada para cada um dos exercícios, conforme indicado na Tabela constante no **ANEXO VII** deste Edital.

10.12.2. Para que não seja eliminado na Prova de Aptidão Física, o candidato deverá obter pontuação mínima em nas quatro modalidades de teste.

10.13. Todos os exercícios descritos serão demonstrados, antes de seu início, pelos Avaliadores da Prova.

10.14. Os exercícios físicos, o tempo mínimo para sua realização e a sua quantidade mínima para habilitação estão definidos a seguir e a pontuação está contemplada na Tabela constante no **ANEXO VII** deste Edital:

10.14.1. TESTE SHUTTLE RUN (CORRIDA DE IR E VIR) (AMBOS OS SEXOS)

a) objetivo: avaliação da agilidade neuromotora e da velocidade.

b) material: 02 (dois) blocos de madeira (5cm x 5cm x 10cm), 01 (um) cronômetro e espaço livre de obstáculos.

c) procedimento: o candidato coloca-se em afastamento ântero-posterior das pernas, com o pé anterior o mais próximo possível da linha de saída. Com a voz de comando: o candidato inicia o Teste com o acionamento concomitante do cronômetro. O candidato em ação simultânea corre à máxima velocidade até os blocos equidistantes da linha de saída a 9,14m (nove metros e quatorze centímetros), pega um deles e retorna ao ponto de onde partiu, depositando esse bloco atrás da linha de partida. Em seguida, sem interromper a corrida vai buscar o segundo bloco, procedendo da mesma forma. O cronômetro é parado quando o candidato coloca o último bloco no solo e ultrapassa com pelo menos um dos pés a linha final. Ao pegar ou deixar o bloco, o candidato terá que cumprir uma regra básica do Teste, ou seja, transpor pelo menos com um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O bloco não deve ser jogado, mas sim, colocado ao solo.

d) tempo de execução (medido em segundos e décimos de segundos) para habilitação:

FEMININO		MASCULINO	
TEMPO DE MÁXIMO DE EXECUÇÃO			
Até 39 anos	40 anos ou mais	Até 39 anos	40 anos ou mais
12 (doze) segundos	13 (treze) segundos	11 (onze) segundos	12 (doze) segundos
Acima destes tempos – eliminada.		Acima destes tempos – eliminado.	

10.14.2. TESTE DE FLEXÃO ABDOMINAL (AMBOS OS SEXOS)

1) O Teste terá a duração de **01 (um) minuto** e a metodologia para a preparação e a execução do **Teste de Flexão Abdominal** para os candidatos dos sexos masculino e feminino obedecerão aos seguintes critérios:

a) ao comando da banca, o candidato deitado de costas, com as costas e a cabeça em contato pleno com o solo; joelhos estendidos; braços atrás da cabeça, cotovelos estendidos e as costas das mãos em contato com o solo; e

b) ao comando da banca, o candidato começará a primeira fase do movimento, realizando um movimento simultâneo, onde os joelhos deverão ser flexionados, os pés deverão tocar o solo, o tronco deverá ser flexionado e os cotovelos deverão alcançar ou ultrapassar os joelhos pelo lado de fora do corpo. Em seguida e sem interrupção, o candidato deverá voltar à posição inicial realizando o movimento inverso. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução;

c) a contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

c.1) só será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;

c.2) se, ao término do Teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será computada; e

c.3) a cabeça também deverá encostar no solo ao final de cada repetição.

2) Tempo de execução e número de repetições para habilitação:

FEMININO		MASCULINO	
TEMPO DE EXECUÇÃO: 01 (UM) MINUTO			
Número mínimo de repetições.		Número mínimo de repetições.	
Até 39 anos	40 anos ou mais	Até 39 anos	40 anos ou mais
20 (vinte) repetições.	16 (dezesesseis) repetições	22 (vinte e duas) repetições.	18 (dezoito) repetições
Abaixo destas quantidades de repetições – eliminada.		Abaixo destas quantidades de repetições – eliminado.	

10.14.3. TESTE DE FLEXÃO DE BRAÇO COM O APOIO DE FRENTE AO SOLO (AMBOS OS SEXOS)

EXECUÇÃO FEMININA

1) O procedimento para a preparação e execução do **Teste de Flexão de Braço** obedecerá aos seguintes aspectos:

a) posição inicial: a candidata posiciona-se de pé de frente para o Examinador. Ao comando da banca, a candidata tomará a posição de frente ao solo com os braços completamente estendidos, palmas das mãos apoiadas sobre o solo com os dedos voltados para frente, os joelhos e as pontas dos pés em contato com o solo. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento; e

b) execução: ao comando da banca, a candidata flexionará simultaneamente os braços até que as pontas dos cotovelos atinjam ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial pela extensão completa dos braços. Durante a execução do Teste, a candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos, joelhos e pés.

EXECUÇÃO MASCULINA

2) A metodologia para a preparação e execução do **Teste de Flexão de Braço** obedecerá aos seguintes aspectos:

a) posição inicial: consiste em o candidato ficar em 04 (quatro) apoios (as duas mãos e os dois pés) com o corpo em extensão e cotovelos estendidos e realizar a flexão dos cotovelos até que estes fiquem ao nível dos ombros, sem tocar o chão, voltando à posição inicial, realizando a extensão dos cotovelos; e

b) execução: Ao comando de “iniciar”, o candidato flexionará simultaneamente os braços até que as pontas dos cotovelos atinjam ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial pela extensão completa dos braços. Durante a execução do Teste, o candidato não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos e os pés.

3) Tempo de execução e número de repetições para habilitação:

FEMININO		MASCULINO	
TEMPO DE EXECUÇÃO: 01 (UM) MINUTO			
Número mínimo de repetições.		Número mínimo de repetições.	
Até 39 anos	40 anos ou mais	Até 39 anos	40 anos ou mais
13 (treze) repetições.	06 (seis) repetições	19 (dezenove) repetições.	09 (nove) repetições
Abaixo destas quantidades de repetições – eliminada.		Abaixo destas quantidades de repetições – eliminado.	

10.14.4. TESTE DE CORRIDA DE 12 (DOZE) MINUTOS (AMBOS OS SEXOS)

1) O procedimento para a preparação e execução do **Teste de Corrida de 12 (doze) minutos** obedecerá aos seguintes aspectos:

a) o candidato deverá no tempo de 12 (doze) minutos, percorrer a maior distância possível;

b) o candidato efetuará, durante os 12 (doze) minutos, um deslocamento contínuo, podendo andar ou correr;

c) o início e término do Teste serão indicados ao comando da Banca Examinadora do Concurso Público emitido por sinal sonoro; e

d) ao toque do apito final todos os candidatos deverão permanecer na pista, no local onde estavam ao ouvir o som do apito final, sendo que deverão ficar em pé, andando transversalmente na pista, onde aguardarão a anotação do percurso.

2) Não será permitido ao candidato:

a) uma vez iniciado o Teste, abandonar a pista antes de ser liberado pela Banca Examinadora do Concurso Público;

b) dar ou receber qualquer tipo de ajuda física; e

c) deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, depois de finalizados os 12 (doze) minutos, sem ter sido liberado pela Banca Examinadora do Concurso Público.

3) Tempo de execução e metragens para habilitação:

FEMININO		MASCULINO	
TEMPO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MINUTOS			
Metragem mínima a ser percorrida.		Metragem mínima a ser percorrida.	
Até 39 anos	40 anos ou mais	Até 39 anos	40 anos ou mais
1.850 (mil e oitocentos e cinquenta) metros.	1.700 (mil e setecentos) metros	2.000 (dois mil) metros.	1.800 (mil e oitocentos) metros
Abaixo desta metragem – eliminada.		Abaixo desta metragem – eliminado.	

10.15. Não será concedida uma segunda tentativa ao candidato, em qualquer um dos **Testes de Aptidão Física**.

10.16. O candidato, para ser considerado **HABILITADO**, terá que realizar os testes no tempo e nas repetições/distâncias exigidas para o mesmo.

10.16.1. O desempenho dos candidatos em cada teste de aptidão física será mensurado através de contagem das execuções corretas feitas pelo avaliador, única contagem considerada válida.

10.17. Não haverá repetição na execução dos testes, exceto nos casos em que a Banca Examinadora concluir pela ocorrência de fatores de ordem técnica não provocada pelo candidato e que tenham prejudicado o seu desempenho.

10.18. Na execução da corrida, o candidato poderá fazer o percurso em qualquer ritmo ou intercalando a corrida com caminhada, podendo parar e depois dar continuidade à corrida, desde que não abandone a pista antes de completar o percurso no tempo estabelecido.

10.19. O candidato, que der ou receber ajuda ou que não aguardar as orientações dos avaliadores para iniciar ou finalizar os exercícios, será eliminado do Concurso Público.

10.20. O candidato no dia da realização da **Prova de Aptidão Física** terá acesso à Planilha de Avaliação contendo os critérios completos que serão utilizados na realização/avaliação.

10.20.1. Após a ciência dos critérios a serem avaliados na **Prova de Aptidão Física**, o candidato assinará a respectiva Planilha, não cabendo alegação de desconhecimento do seu conteúdo.

10.20.2. O Resultado de cada **Teste de Aptidão Física** será registrado pelo Examinador na Planilha de Avaliação do candidato.

10.21. Será considerado habilitado na **Prova de Aptidão Física** o candidato que obtiver aprovação mínima nas 04 (quatro) modalidades de testes realizados, conforme especificados nas Tabelas constantes no **ANEXO VII** deste Edital.

10.22. Em hipótese alguma haverá vista ou revisão de **testes ou da Prova de Aptidão Física**, em quaisquer das formas de Avaliação, seja qual for o motivo alegado.

10.23. Anormalidades observadas com os candidatos, durante a aplicação dos testes, deverão ser informadas aos Avaliadores, os quais as registrarão, não sendo aceitas reclamações após a realização da **Prova de Aptidão Física**.

10.24. A condição de saúde do candidato, no dia de realização da Prova será de sua exclusiva responsabilidade e caso exista a necessidade de se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local da Prova, sendo eliminado do Concurso Público.

10.24.1. Os casos de alteração psicológica e (ou) fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas, etc.), que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam a performance dos candidatos na **Prova de Aptidão Física**, serão desconsiderados, não sendo concedido qualquer tratamento diferenciado por parte da Banca, mesmo que ocorram durante a realização dos testes.

10.25. O local de realização da Prova será de acesso **exclusivo** dos candidatos convocados e da Equipe de Coordenação e Aplicadores, não sendo permitido permanecer no local acompanhantes de candidatos, bem como aqueles que já realizaram os referidos testes.

10.26. O candidato ao ingressar no local de realização da Prova deverá, obrigatoriamente, manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme e os modos de vibração e silencioso.

10.26.1. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, *bip*, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, receptor, **telefone celular**, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *Ipod*, **qualquer tipo de relógio**) e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido, implicará na eliminação do candidato no Concurso Público, caracterizando-se tentativa de fraude.

10.26.2. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizarão por perdas ou extravios de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física**, nem por danos neles causados.

10.27. O candidato que se apresentar no dia da realização da **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física com sinais de embriaguez ou uso de entorpecentes**, com alteração da capacidade psicomotora ou não, será impedido de realizar a **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física**, sendo de inteira responsabilidade do candidato esta ocorrência.

10.28. O candidato que necessitar de **Comprovante de Comparecimento**, deverá solicitar ao Fiscal responsável por onde estiver realizando o teste e retirá-lo junto à Equipe de Coordenação. Não serão emitidos Comprovações posteriormente.

10.29. Caberá Recurso do resultado da **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física**, em conformidade com o **Capítulo XIV – Dos Recursos**, deste Edital.

XI – DA TERCEIRA FASE – DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

11.1. Todos os candidatos habilitados na **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física** serão convocados para realizar a **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** (com Perfil exigido ao exercício do cargo e para o porte de uso de arma de fogo).

11.2. A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** será realizada por Psicólogos credenciados na Polícia Federal, com suporte técnico do **INSTITUTO MAIS**.

11.3. A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** atenderá ao disposto na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, no Artigo 4º, inciso III, Decreto Federal nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e Instrução Normativa nº 001-DG/DPF, de 26 de fevereiro de 2004, que tratam da aferição de avaliação para porte de arma de fogo, para o Sistema Nacional de Armas.

11.4 A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** terá por objetivo avaliar o perfil psicológico do candidato, verificando as características de personalidade, aptidões específicas necessárias para portar arma de fogo, bem como ao desempenho eficiente das atividades inerentes ao cargo de **Guarda Civil Municipal Aspirante**.

11.5 A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** será realizada no município de **Porto Ferreira/SP**, nas datas previstas de **13 e 14 de julho de 2024**, horário e local a serem informados por ocasião da divulgação do Resultado Final da **Segunda Fase – Da Prova de Aptidão Física** e no Edital de Convocação para a **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**.

11.5.1. Caso não exista no município de **Porto Ferreira/SP** local adequado para a aplicação da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** (Local e Psicólogo Credenciado na Polícia Federal), o **INSTITUTO MAIS** reserva-se ao direito de realizar a Avaliação em cidades próximas, onde exista local e Psicólogos Credenciados pela Polícia Federal, adequados à realização da referida fase, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

11.6. A confirmação da data, horário, local e demais informações sobre a realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, será divulgada por meio do **Edital de Convocação**, publicado na Imprensa Oficial do Município.

11.6.1. **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.**

11.6.2. Ao candidato somente será permitida a participação na **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** na respectiva data, horário e local, a serem divulgados de acordo com as informações constantes no Edital de Convocação.

11.6.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** em outro dia, horário ou fora do local designado.

11.6.4. Não haverá segunda chamada ou repetição da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** seja qual for o motivo alegado.

11.7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** com antecedência **mínima de 30 (trinta) minutos**, munido de Documento Oficial de Identidade.

11.7.1. **O candidato somente poderá realizar a Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica se estiver portando Documento Oficial de Identidade original, conforme especificado no Capítulo VIII – Da Realização da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva), item 8.3, alíneas “b” e “b1”, deste Edital.**

11.8. A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** será realizada em conformidade com as normas em vigor do Conselho Federal de Psicologia (CFP), bem como, as normas vigentes para o porte de arma e consistirá na aplicação de instrumentos de avaliação que serão efetuados de acordo com as normas técnicas dos manuais.

11.8.1. Os Testes Psicológicos a serem utilizados, são validados em nível nacional e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), estando embasados em normas obtidas por meio de procedimentos psicológicos reconhecidos pela comunidade científica, considerados como instrumentos adequados para essa natureza, e podem ser aplicados tanto individual como coletivamente.

11.9. A **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, de caráter **eliminatório**, tem como objetivo avaliar as condições e o perfil psicológico do candidato, a fim de verificar sua capacidade para exercer o Cargo Público de **Guarda Civil Municipal Aspirante**, segundo os parâmetros estabelecidos para o perfil psicológico e, simultaneamente, a capacidade psicológica para o porte, uso e manuseio de armas de fogo, adotados como padrão pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, por meio das seguintes características e suas definições:

11.9.1. **Controle emocional:** habilidade do candidato para reconhecer as próprias emoções, diante de um estímulo qualquer, antes que as mesmas interfiram em seu comportamento, controlando-as, a fim de que sejam manifestadas de

maneira adequada no meio em que estiver inserido, devendo o candidato adaptar-se às exigências ambientais, mantendo intacta a capacidade de raciocínio;

11.9.2. Ansiedade: aceleração das funções orgânicas, causando agitação emocional que pode afetar a capacidade cognitiva do candidato, devido à antecipação de consequências futuras. A preocupação antecipada leva a um estado de preparação física e psicológica para defender a incolumidade pessoal contra uma possível adversidade, o que deixa o indivíduo em constante estado de alerta;

11.9.3. Impulsividade: falta de capacidade para governar as próprias emoções, caracterizando-se pela surpresa nas reações e pela tendência em reagir de forma involuntária, inesperada, intensa e brusca diante de um estímulo interno ou externo sem a possibilidade de haver prévio raciocínio sobre o fator motivante do ato impulsionado;

11.9.4. Domínio psicomotor: habilidade cinestésica, por meio da qual o corpo movimenta-se com eficiência, atendendo com presteza às solicitações psíquicas e/ou emocionais;

11.9.5. Autoconfiança: atitude de autodomínio do candidato, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida. Capacidade de reconhecer suas características pessoais dominantes e acreditar em si mesmo;

11.9.6. Resistência à frustração: habilidade do candidato em manter suas atividades em bom nível qualitativo e quantitativo, quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação de trabalho ou particular;

11.9.7. Potencial de desenvolvimento cognitivo: grau de inteligência geral dentro de faixa mediana padronizada para a análise, aliado à receptividade para incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos, a fim de dirigir adequadamente seu comportamento;

11.9.8. Memória: capacidade para memorizar sons e imagens, tornando-os disponíveis à consciência, para a lembrança imediata, a partir de um estímulo atual;

11.9.9. Controle e canalização produtiva da agressividade: capacidade do candidato de controlar a manifestação da energia agressiva a fim de que a mesma não surja de forma inadequada em seu comportamento, e para que, ao mesmo tempo, possa direcioná-la à realização de atividades que sejam benéficas para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa;

11.9.10. Disposição para o trabalho: capacidade para lidar, de maneira produtiva, com tarefas sob sua responsabilidade, participando delas de maneira construtiva;

11.9.11. Resistência à fadiga psicofísica: aptidão psíquica e somática do candidato para suportar uma longa exposição a agentes estressores, sem sofrer danos importantes em seu organismo e sem que tais agentes interfiram na sua capacidade cognitiva;

11.9.12. Iniciativa: capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos, colocando-se de forma atuante, não passiva, diante das necessidades de tarefas ou situações. Tal capacidade implica uma disposição para agir ou empreender uma ação, tomando a frente em uma determinada situação;

11.9.13. Potencial de liderança: habilidade para agregar as forças latentes existentes em um grupo, canalizando-as no sentido de trabalharem de modo harmônico e coeso na solução de problemas comuns, visando atingir objetivos pré-definidos. Facilidade para conduzir, coordenar e dirigir as ações das pessoas, para que atuem com excelência e motivação, estando o futuro líder disponível para ser treinado em sua potencialidade;

11.9.14. Capacidade de cooperar e trabalhar em grupo: disposição do candidato para ceder às exigências do grupo, ao mesmo tempo em que se propõe a atender às solicitações de apoio, emprestando suas habilidades em prol da realização de ações para a conclusão das tarefas, visando atingir os objetivos definidos pelos seus componentes;

11.9.15. Relacionamento interpessoal: capacidade de perceber e reagir adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros;

11.9.16. Flexibilidade de conduta: capacidade de diversificar seu comportamento, de modo adaptativo, atuando adequadamente, de acordo com as exigências de cada situação em que estiver inserido;

11.9.17. Criatividade: habilidade do candidato para tirar conclusões e revitalizar soluções antigas a que chegou pela própria experiência anterior e vivência interna, apresentando então novas soluções para os problemas existentes, procurando assim buscar formas cada vez mais eficazes de realizar ações e atingir objetivos, valendo-se dos meios disponíveis no momento; e

11.9.18. Sinais fóbicos e disrítmicos: o primeiro termo diz respeito à presença de sinais de medo irracional ou patológico. O termo seguinte refere-se à presença de traços de disritmia cerebral.

11.10. Para efeito de conclusão sobre a Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica, o candidato ao porte de arma de fogo na função de Guarda Civil Municipal Aspirante deverá ser considerado APTO ou INAPTO.

11.10.1. Será divulgada lista contendo, exclusivamente, os nomes dos candidatos considerados **APTOS** no Resultado Final da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**. Os demais candidatos serão considerados **INAPTOS**.

11.10.2. O candidato será considerado **APTO** para portar arma de fogo se tiver posicionado na faixa de normalidade contida no Manual dos Instrumentos utilizados e em conformidade com o **item 11.9 e seus subitens, considerando-se a classificação adequada os percentis iguais ou acima de 25%**.

11.10.3. Será considerado **INAPTO** o candidato que não apresentar perfil psicológico para portar arma de fogo e apresentar características restritivas ou incapacitantes para o exercício da função pleiteada, **considerando-se a classificação inadequada os percentis abaixo de 25%**.

11.10.3.1. A classificação **INAPTO** na avaliação psicológica, é restrita apenas a este certame, não significará, necessariamente, incapacidade intelectual e(ou) existência de transtornos de personalidade; indicará apenas que o candidato não atendeu aos requisitos para o desempenho das atribuições inerentes ao Cargo Público.

11.10.3.2. Nenhum candidato **INAPTO** será submetido à nova Avaliação Psicológica no presente Concurso Público.

11.10.4. Após realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, os candidatos serão classificados para efeito de divulgação do Resultado, considerando-se somente os candidatos **APTOS**.

11.10.5. O candidato considerado **INAPTO** na **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** ou que não comparecer para realizá-la, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

11.11. A condição de saúde do candidato, no dia de realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** será de sua exclusiva responsabilidade e, caso exista a necessidade de se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local do teste, sendo eliminado do Concurso Público.

11.12. O local de realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** será de acesso exclusivo dos candidatos convocados e da Equipe de Coordenação e Aplicadores, não sendo permitido permanecer no local acompanhantes de candidatos, bem como aqueles que já realizaram a referida Avaliação.

11.13. O candidato ao ingressar no local de realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** deverá, obrigatoriamente, manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme e os modos de vibração e silencioso.

11.13.1. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, *bip*, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, receptor, **telefone celular**, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *ipod*, **qualquer tipo de relógio**) e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido, implicará na eliminação do candidato no Concurso Público, caracterizando-se tentativa de fraude.

11.13.2. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizarão por perdas ou extravios de documentos, objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, nem por danos neles causados.

11.14. O candidato que se apresentar no dia da realização da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica** **com sinais de embriaguez e/ou de uso de entorpecentes**, com alteração da capacidade psicomotora ou não, **será impedido de realizar a Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, sendo de inteira responsabilidade do candidato esta ocorrência.

11.15. Será facultado ao candidato considerado **INAPTO** solicitar a realização do procedimento denominado **Entrevista Devolutiva**, para conhecimento das razões de sua “inaptidão”, através de Formulário Específico, por meio do endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, em sua Área Restrita e seguir as instruções ali contidas.

11.15.1. A **Entrevista Devolutiva** é o procedimento técnico, de caráter exclusivamente informativo, no qual um Psicólogo explica ao candidato o motivo de sua “inaptidão” ao propósito do Concurso Público, não sendo, em hipótese alguma, considerada como recurso ou nova oportunidade de realização da Avaliação.

11.15.2. Atendendo aos ditames previstos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, nas resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e nas orientações do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP), esse procedimento somente será divulgado ao candidato, uma única vez, de forma pessoal e individual.

11.15.3. Na **Entrevista Devolutiva**, o candidato, se assim desejar, poderá ser assessorado por Psicólogo contratado, às suas expensas, devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia (CRP).

11.15.4. Não será permitido ao candidato, nem ao Psicólogo contratado, gravar a sessão de conhecimento e nem retirar ou reproduzir os Testes Psicológicos e as Folhas de Respostas.

11.15.5. A **Entrevista Devolutiva** será realizada em data e local a serem divulgados por ocasião do Resultado da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, na data prevista de **24 e/ou 25 de agosto de 2024**.

11.15.6. Na data da **Entrevista Devolutiva**, o candidato considerado **INAPTO** receberá cópia de seu **Laudo de Avaliação Psicológica**.

11.16. Para todos os candidatos considerados **INAPTOS**, solicitantes ou não da **Entrevista Devolutiva**, após o período de atendimento da **Entrevista Devolutiva**, caso seja de seu interesse, poderá interpor recurso administrativo do Resultado da **Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica**, em conformidade com o **Capítulo XIV – Dos Recursos**, deste Edital.

11.17. Deverá ser disponibilizado o Laudo Psicológico realizado pelo Psicólogo credenciado pela Polícia Federal, conforme **item 11.3**, deste Capítulo, dos candidatos **APTOS** nesta fase e que forem considerados **APTOS na Avaliação Médica pré-admissional**, quando nomeados para o Cargo, para ser utilizado junto à Polícia Federal. Os Laudos Psicológicos serão enviados à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**.

XII – DA QUARTA FASE – INVESTIGAÇÃO DE CONDUTA E VIDA PREGRESSA

12.1. A **Quarta Fase – Investigação de Conduta e Vida Progressa** será realizada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, por meio da Corregedoria da Guarda Civil Municipal, de tal forma que identifique condutas inadequadas do candidato, impedindo a nomeação de: toxicômanos, pessoas com antecedentes criminais, alcoólatras, procurados pela Justiça, violentos e agressivos, desajustados no serviço militar obrigatório e/ou possuidores de certificados escolares inidôneos ou inválidos ou não reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

12.2. Para a **Investigação de Conduta e Vida Progressa** serão convocados os candidatos considerados “**APTOS**” na **Terceira Fase – Avaliação Psicológica**.

12.3. A **Quarta Fase – Investigação de Conduta e Vida Progressa** será realizada na cidade de **Porto Ferreira/SP** nas datas previstas de **09 a 27 de setembro de 2024**.

12.4. Ao candidato só será permitida a participação na **Quarta Fase – Investigação de Conduta e Vida Progressa** na respectiva data, horário e local constante no **Edital de Convocação**, publicado nos **sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br)**, bem como divulgado na Imprensa Oficial do Município.

12.4.1. **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a realização da Investigação de Conduta e Vida Progressa, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.**

12.5. Os candidatos convocados através de edital irão receber a relação dos documentos a serem entregues para início da **Investigação de Conduta e Vida Progressa**, dentro de prazo estabelecido no edital de convocação.

12.6. Entende-se por **Investigação de Conduta e Vida Progressa** a investigação da vida pública do candidato, através de avaliação objetiva de documentos e atestados, a fim de que se comprove sua conduta ilibada e idoneidade moral, incluindo a apresentação de documentos relativos aos antecedentes criminais e de distribuição de feitos pelo candidato.

12.7. Os documentos a serem fornecidos pelo candidato à **Investigação de Conduta e Vida Progressa**, além de outros solicitados quando da convocação, são:

- a) cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF;
- b) Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado no qual tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) Certidão de Distribuições Criminais da comarca onde reside ou residiu. Se reside no Estado de São Paulo, dos últimos 5 (cinco) anos e se em outros estados, dos últimos 3 (três) anos;
- d) Certidão Negativa do Departamento de Polícia Federal; e
- e) Questionário devidamente preenchido, conforme consta do **Anexo VIII** deste Edital;

12.8. No caso do candidato ser ou ter sido servidor público, deverá entregar a comprovação do motivo da demissão, dispensa ou exoneração, no caso de ex-servidor civil ou militar das esferas Federal, Estadual ou Municipal, para verificação de eventuais impedimentos do exercício de função pública.

12.9. Além da entrega dos documentos exigidos neste Capítulo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** também poderá solicitar outros documentos.

12.10. Após análise desses elementos, o candidato será excluído do concurso público se verificada a condenação em qualquer tipo de crime.

12.11. Esta etapa será eliminatória, sendo o candidato considerado **APTO** ou **INAPTO** na avaliação da **Investigação de Conduta e Vida Progressa**.

12.11.1. Os candidatos considerados **INAPTOS** ou que **não comparecerem quando convocados**, serão excluídos automaticamente do Concurso Público.

12.12. Após realização da **Investigação de Conduta e Vida Progressa**, os candidatos serão reclassificados para efeito de divulgação dos resultados, considerando-se somente os candidatos **APTOS**.

12.13. O resultado da **Investigação de Conduta e Vida Progressa** será publicado nos **sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br)**, bem como divulgado na Imprensa Oficial do Município.

12.14. Os candidatos considerados **APTOS** na **Investigação de Conduta e Vida Progressa** serão convocados para realizar o Exame Médico e Odontológico.

12.15. Caberá recurso do Resultado Provisório da **Quarta Fase - Investigação de Conduta e Vida Progressa**.

XII – DA QUINTA FASE – EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO

13.1. Para a realização da **Quinta Fase – Exame Médico e Odontológico**, serão convocados os candidatos considerados “**APTOS**” na Quarta Fase - Investigação de Conduta e Vida Pgressa.

13.2. O Exame Médico e Odontológico, será realizado por inspeção de saúde, com apresentação de exames complementares próprios, toxicológicos a identificar/avaliar se o candidato possui as condições físicas necessárias para desempenhar as funções do Cargo de Guarda Civil Municipal Aspirante.

13.2.1. Os exames a serem apresentados pelos candidatos serão definidos quando da publicação do Edital de Convocação para a Quinta Fase – Exame Médico e Odontológico e deverão ter datas recentes, não superiores a 45 dias anteriores a apresentação, devendo ser totalmente custeados pelos candidatos, e apresentados quando da convocação para a Quinta Fase – Exame Médico e Odontológico.

13.3. A **Quinta Fase - Exame Médico e Odontológico** será realizada no município de **Porto Ferreira/SP** nas datas prevista de **11 a 14 de novembro de 2024**.

13.3.1. A confirmação da data, horário, local e demais informações sobre a realização do Exame Médico e Odontológico, será divulgada por meio de **Edital de Convocação**, a ser publicado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** (www.portoferreira.sp.gov.br), bem como na Imprensa Oficial do Município.

13.3.2. **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a realização do Exame Médico e Odontológico, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.**

13.3.4. Ao candidato somente será permitida a participação no Exame Médico e Odontológico na respectiva data, horário e local, a serem divulgados de acordo com as informações constantes no edital de convocação.

13.4. Os candidatos convocados através de edital receberão informações quanto aos locais e horários de realização do referido Exame Médico e Odontológico.

13.5. Esta etapa será eliminatória e será realizada sob a responsabilidade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, sendo o candidato considerado **APTO** ou **INAPTO** no **Exame Médico e Odontológico**.

13.5.1. No Exame Médico e Odontológico o candidato será submetido a exame clínico geral, através de anamnese geral e exame físico geral.

13.5.2. O candidato será submetido também a avaliação oftalmológica, onde será observada a escala de SNELLEN na acuidade visual.

13.5.3. Serão considerados **INAPTOS** os candidatos que apresentarem alterações clínicas ou outras patologias que impeçam o exercício da função de Guarda Civil Municipal Aspirante.

13.6. Os candidatos considerados **INAPTOS** no Exame Médico e Odontológico serão eliminados do Concurso Público.

13.7. Após realização do Exame Médico e Odontológico, os candidatos serão reclassificados para efeito de divulgação dos resultados, considerando-se somente os candidatos **APTOS**.

13.8. O resultado do Exame Médico e Odontológico será divulgado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** (www.portoferreira.sp.gov.br), bem como na Imprensa Oficial do Município.

13.9. Caberá recurso do Resultado Provisório da Quinta Fase - Do Exame Médico e Odontológico.

XIV – DA SEXTA FASE - APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA E INVESTIDURA DO CARGO

14.1. Para a realização da **Sexta Fase – Apresentação Documental Exigida**, serão convocados os candidatos considerados **APTOS** na Quinta Fase - Exame Médico Odontológico.

14.2. A Apresentação Documental Exigida será realizada no município de **Porto Ferreira/SP**, nas datas previstas de **02 a 04 de dezembro de 2024**.

14.3. A confirmação da data, horário, local e demais informações sobre a realização da Apresentação Documental Exigida, será divulgada por meio de **Edital de Convocação**, a ser publicado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** (www.portoferreira.sp.gov.br), bem como na Imprensa Oficial do Município.

14.4. **É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para Apresentação Documental Exigida, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.**

14.5. Ao candidato somente será permitida a Apresentação Documental Exigida na respectiva data, horário e local, a serem divulgados de acordo com as informações constantes no edital de convocação.

14.6. Os candidatos convocados através de edital receberão informações quanto ao(s) local(is) e horário(s) de Apresentação Documental Exigida.

14.7. Os candidatos aprovados na **Quinta Fase - Exame Médico e Odontológico** deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para a nomeação, que deram condições de inscrição e os requisitos, estabelecidos no presente Edital.

14.8. Os candidatos convocados em conformidade com o **item 14.1** deverão obedecer aos prazos e horários estabelecidos na convocação, devendo apresentar os documentos discriminados a seguir:

- a) Declaração de vínculos empregatícios anteriores;
- b) Inscrição no PIS/PASEP atualizado;
- c) 01 (uma) foto ¾ recente;
- d) Comprovante de residência atualizado;
- e) Atestado de antecedentes criminais;
- f) Carteira de identidade (RG) e CPF;
- g) Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- h) Carteira de Reservista (se do sexo masculino) ou Certificado de Dispensa da Incorporação;
- i) Certidão de Casamento e RG do cônjuge ou companheiro(a);
- j) Certidão de Nascimento de filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- k) Declaração de bens ou última Declaração de Imposto de Renda;
- l) Declaração de dependentes para efeitos de Imposto de Renda;
- m) Diploma ou Histórico Escolar autenticado;
- n) Registro no Conselho de Classe (quando o Cargo exigir);
- o) Declaração de acúmulo de Cargos e proventos;
- p) Declaração de vínculo e/ou exoneração de outros órgãos públicos;
- q) Declaração de não estar respondendo a processo relativo ao exercício da profissão; e
- r) Declaração de antecedentes de saúde para o ingresso no serviço público.

14.8.1. Caso haja necessidade, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** poderá solicitar outros documentos complementares.

14.9. Não serão aceitos protocolos ou cópias dos documentos exigidos, sendo somente aceitos se estiverem acompanhados do original ou se forem autenticados.

14.10. Serão considerados **INAPTOS** os candidatos que não apresentarem todos os documentos relacionados no item **14.8.** deste capítulo.

14.11. Após a realização da Sexta Fase – Apresentação Documental Exigida, será publicada a lista contendo a classificação final dos candidatos aprovados/aptos em todas as fases e também a Homologação do Concurso.

14.12. Após a Homologação do Concurso os candidatos serão convocados para nomeação, de caráter precário até a finalização do curso de formação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, conforme necessidade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** e o limite fixado pela Constituição Federal, com despesa de pessoal.

14.12.1. Os candidatos que não possuem todos os requisitos necessários não poderão tomar posse de seus respectivos Cargos, sendo convocados os próximos candidatos da classificação final constante da homologação, para verificação da documentação, posse e consequente **Curso de Formação**.

14.13. Os candidatos em lista de espera ficarão em cadastro reserva para futuras convocações, conforme a necessidade da Guarda Civil Municipal Aspirante.

XV – DOS RECURSOS

15.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** contados a partir da data:

- a) da divulgação do **Resultado da Análise da Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrições**;
- b) da divulgação das **Inscrições Deferidas e Indeferidas** (candidatos que se declararam Pessoas com Deficiência – PCD, declararam Negros, Negras ou Afrodescendentes, solicitaram atendimento especial ou exerceram a Função Jurado, Estado Civil e Filhos, como critério de desempate) e **Inscrições Homologadas** (candidatos efetivamente inscritos);
- c) da aplicação da **Primeira Fase – Da Realização da Prova Escrita (Objetiva)**, da **Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física (Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física)** e da **Terceira Fase – Da Realização da Avaliação Psicológica**;
- d) da divulgação dos **Gabaritos Provisórios das Provas Objetivas**; e
- e) da divulgação dos **Resultados Provisórios Primeira Fase – Da Realização da Prova Escrita (Objetiva)**, da **Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física (Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física)** e da **Terceira Fase – Da Realização da Avaliação Psicológica**.

15.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e seguir as instruções ali contidas.

15.3. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

15.4. O recurso deverá ser **individual, devidamente fundamentado** e conter o nome do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, endereço eletrônico e o seu questionamento.

15.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato abrangendo todas as questões/situações que o candidato desejar impugnar, para cada evento referido no **item 15.1**.

15.6. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do Cronograma do Concurso Público.

15.7. Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), *fac-símile*, via **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** ou outro meio que não seja o estabelecido no **item 15.2**.

15.8. O ponto relativo a uma questão eventualmente anulada será atribuído a todos os candidatos presentes às provas, exceto no caso em que o candidato já tenha obtido o ponto por ocasião da divulgação do gabarito após realização da Prova Escrita (Objetiva) e antes do prazo recursal.

15.8.1. A quantidade de questões estabelecidas no **Capítulo VII – Das Provas**, bem como os critérios estabelecidos no **Capítulo IX – Do Julgamento das Provas Objetivas**, não sofrerão alteração em razão de questão eventualmente anulada.

15.8.2. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

15.8.3. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o Resultado Final do Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no **subitem 15.8.2**, acima, não cabendo recursos adicionais.

15.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

- a) com teor que desrespeite a Banca Examinadora;
- b) em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;
- c) sem fundamentação lógica que não corresponda à questão recursada;
- d) sem fundamentação lógica e/ou inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- e) por meio da Imprensa e/ou de “redes sociais *on-line*”;
- f) com argumentação idêntica a outros recursos;
- g) contra terceiros;
- h) em coletivo;
- i) fora do prazo estabelecido; e
- j) enviado em locais diferentes do especificado no **item 15.2**, deste Capítulo.

15.10. Em hipótese alguma serão aceitas revisões de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

15.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente, aos pedidos deferidos e indeferidos, por meio do *site* **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**.

15.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

15.13. O **INSTITUTO MAIS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** não se responsabilizam por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

XVI – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

16.1. A Nota Final de cada candidato será IGUAL ao total de pontos obtidos na **Primeira Fase – Prova Escrita (Objetiva) e na Segunda Fase – Teste de Aptidão Física:**

16.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, da nota final, em lista de classificação, por Cargo.

16.3. Serão elaboradas 03 (três) listas de classificação:

a) uma geral, com a relação de todos os candidatos, inclusive os candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PCD e/ou declararam Pessoa Negra, Negro ou Afrodescendente; e

b) uma especial, com a relação apenas dos candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PCD; e

c) uma especial, com a relação apenas dos candidatos que se declararam Pessoa Negra, Negro ou Afrodescendente.

16.4. O Resultado Final do Concurso Público, será publicado no *site* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**.

16.5. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

16.5.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição deste Concurso Público, conforme Artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

16.5.2. Obtiver maior número de pontos na prova de **Conhecimentos Específicos;**

16.5.3. Tiver maior número de dependentes;

16.5.4. Casados ou Viúvos;

16.5.5. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso; e

16.5.6. Tiver exercido efetivamente a **Função de Jurado** no período entre a data de publicação da Lei Federal nº 11.689/08 até a data de publicação deste Edital.

16.6. Persistindo, ainda, o empate, poderá haver sorteio na presença dos candidatos envolvidos.

XVII – DA POSSE

17.1. O ato de investidura no Cargo da carreira da Guarda Civil Municipal Aspirante, é de competência do Prefeito Municipal, observada a classificação Final obtida no Concurso Público.

17.2. A posse no Cargo de Guarda Civil Municipal Aspirante, far-se-á mediante assinatura do respectivo termo e declaração de aceitação das atribuições, responsabilidades, deveres e obrigações, em observância às Leis, normas e regulamentos.

XVIII – DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE

18.1. Os candidatos habilitados nas fases anteriores, após a nomeação do Concurso Público, de caráter precário até a finalização do curso de formação, serão convocados para realizarem a matrícula no **Curso de Formação de Guarda Civil Municipal Aspirante**, observada a ordem de classificação, e o número de vagas oferecidas, e de acordo com a necessidade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**, com duração prevista de 04 (quatro) meses.

18.2. Obrigatoriamente constarão no currículo do **Curso de Formação** as matérias exigidas na Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, específica para o Cargo.

18.3. Em atendimento a **Lei Complementar nº 179, de 28 de novembro de 2017**, a partir da matrícula no **Curso de Formação** o aluno faz jus ao vencimento do Guarda Civil Aspirante, conforme Anexo I, Tabela I, Quadro II da referida lei.

18.4. Os candidatos serão informados quanto ao local do **Curso de Formação**, por meio de “Edital de Convocação”, que será divulgado no *site* da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br)**, bem como publicado no Caderno Oficial do “Jornal do Porto” de Porto Ferreira (Imprensa Oficial do Município).

18.4.1. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para realização **Curso de Formação**.

18.5. O Curso de Formação será dividido em um único módulo de forma a dar aos recém habilitados, informações necessárias e suficientes para que possam ser promovidos ao primeiro nível da Carreira – **Guarda Civil Municipal Aspirante**.

18.6. O não aproveitamento no **Curso de Formação de Guarda Civil Municipal** tornará sem efeito a nomeação e implicará em desligamento automático.

18.7. Vencidas todas as Etapas, tendo o candidato obtido média suficiente, aprovado na avaliação final do Curso de Formação, receberá o Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Guarda Civil Municipal Aspirante, com aproveitamento, e estará apto a prosseguir na Carreira da Guarda Civil Municipal, podendo obter os benefícios previstos.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todas as convocações, os avisos e os resultados referentes às etapas do presente Concurso Público serão publicados na *Internet* nos *sites* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP (www.portoferreira.sp.gov.br)** e na Imprensa Oficial.

19.1.1. O acompanhamento das publicações, Editais, avisos e comunicados referentes ao item anterior são de responsabilidade exclusiva do candidato.

19.2. Serão publicados, apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.

19.3. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação publicada na **Imprensa Oficial do Município**.

19.4. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal cabíveis.

19.5. Caberá à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** a Homologação dos Resultados Finais do Concurso Público.

19.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

19.7. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço, *e-mail* e telefone perante ao **INSTITUTO MAIS**, encaminhando e-mail para **sac@institutomais.org.br**, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após este prazo, junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**.

19.8. Após a homologação dos Resultados Finais do certame, o candidato deverá acompanhar as publicações dos Editais de Convocação realizados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** no *site* **www.portoferreira.sp.gov.br** e na **Imprensa Oficial do Município**.

19.9. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público (deslocamentos, hospedagem e alimentação) e à apresentação para nomeação e exercício correrão às expensas do próprio candidato, eximindo-se a **PREFEITURA MUNICIPAL PORTO FERREIRA/SP** e o **INSTITUTO MAIS** da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes das necessidades advindas da realização do Concurso Público.

19.10. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** e o **INSTITUTO MAIS** não se responsabilizam por textos não oficiais, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público ou por cursos que não os indicados na Tabela referente ao **item 7.1**, deste Edital.

19.11. Após a publicação deste Edital, em havendo alteração na legislação, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos, estas não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso Público.

19.12. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP** e pelo **INSTITUTO MAIS**, no que tange à realização deste Concurso Público.

19.13. O prazo de validade do presente Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados da data da publicação do Edital de Homologação dos Resultados Finais, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP**.

19.14. O presente concurso é organizado pelo INSTITUTO MAIS, coordenado pela Comissão de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA e acompanhado por uma COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA nomeada especificamente para este certame.

19.14.1. A Comissão de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos da Prefeitura Municipal de Porto Ferreira é composta por Melissa Eliane Ferreira de Paula, Presidente, Carla Renata Hissnauer de Souza, Jennifer Santos Silva, Tamires Reis da Silva, Milena Elias Teixeira, Vanessa Carolina Soares Vitoriano e Liciani Antonini Pellegrini, conforme Portaria nº 74/2024.

19.14.2. A Comissão de Transparência é composta por Dr. Evandro José Carniato e Dra. Adriana Alves Coutinho, representantes da OAB/SP Subseção Porto Ferreira atuando em conjunto ou separadamente, Márcio Tomazini Faleiros de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Porto Ferreira, Alano Alexandre Umbelino de Barros, representante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), , conforme Portaria nº 74/2024.

Porto Ferreira, 16 de fevereiro de 2024.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO CARGO

CARGOS	ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS(*)
ENSINO MÉDIO COMPLETO / ENSINO MÉDIO TÉCNICO	
GUARDA CIVIL MUNICIPAL ASPIRANTE	I – Comparecer aos cursos, aulas e atividades de treinamento com pontualidade. II – Submeter-se às provas e testes definidos pelo órgão. III – Realizar tarefas simples e seguras coadjuvantes aos trabalhos de Guardas Civis Municipais. OBS: O Guarda Civil Municipal Aspirante estará submetido as demais atribuições em decorrência de futuras promoções nos termos da Lei Complementar 179/2017.

(*) Conforme descrito na Lei Complementar nº 179 de 28 de novembro de 2017, em seu artigo 24, incisos I a III – Estatuto da Guarda Civil Municipal.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio lógico. Raciocínio sequencial. Orientações espacial e temporal. Formação de conceitos. Discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:

Lei Orgânica do Município (atualizada e/ou alterada). Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Ferreira, das Autarquias, Fundações e Câmara Municipal (atualizada e/ou alterada). Lei Complementar Municipal nº 275/2022 (atualizada e/ou alterada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Constituição Federal Brasileira de 1988 e suas Emendas: Título I – Dos Princípios Fundamentais. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, do Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Emenda Constitucional n.º 45/2004. Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 – ONU (Declaração Universal dos Direitos Humanos). Código de Trânsito Brasileiro atualizado e/ou alterado). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 atualizada e/ou alterada). Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003 atualizada e/ou alterada). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015 atualizada e/ou alterada). Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006 atualizada e/ou alterada). Legislação Ambiental: Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985 atualizada e/ou alterada). Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998 atualizada e/ou alterada). Decreto-Lei do Patrimônio Cultural (Decreto-Lei n.º 25/1937 atualizado e/ou alterado), Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981 atualizada e/ou alterada). Bens de Domínio Público (Direito Administrativo). Noções Básicas de Relatório. Manual de Redação da Presidência da República. Lei n.º 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais).

ANEXO III

FORMULÁRIO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05//2024

FORMULÁRIO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA FASE – DA PROVA ESCRITA (OBJETIVA)

(Nome Civil do interessado)

portador de Cédula de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____, inscrito no Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP – Edital nº 05/2024, para o Cargo Guarda Civil Municipal Aspirante.

ASSINALE COM UM “X” O CONDIÇÃO ESPECIAL QUE NECESSITA:

PROVA AMPLIADA FONTE _____ (INFORMAR).

PROVA BRAILE.

SALA DE FÁCIL ACESSO.

MESA E CADEIRA SEPARADAS.

AUXÍLIO DE UM TRANSCRITOR.

AUXÍLIO DE UM LEDOR.

INTÉRPRETE DE SINAIS.

TEMPO ADICIONAL (SOMENTE SERÁ ACEITO COM O ENVIO DO LAUDO MÉDICO SOLICITANDO).

OUTROS. RELACIONAR _____

_____, _____ de _____ de 2024.

Cidade

Dia

Mês.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO IV
REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DO “NOME SOCIAL”



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05//2024

REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DO “NOME SOCIAL”

Nos termos do Decreto Federal n.º 8.727, de 28 de abril 2016, eu, _____,
_____, portador de
(Nome Civil do interessado)

Cédula de Identidade n.º _____ e CPF/MF n.º _____,
inscrito no Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL PORTO FERREIRA/SP – EDITAL Nº 01/2024 –,
para o Cargo _____, solicito a inclusão e uso do meu Nome Social
(_____),
(indicação do Nome Social)

nos registros relativos aos serviços prestados por esse Órgão/Entidade.

_____, _____ de _____ de 2024.
Cidade Dia Mês.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05/2024

DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____,
(Nome Civil do interessado)

portador de Cédula de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____,
Nacionalidade _____,
Estado Civil _____, Endereço Residencial _____

inscrito no Concurso Público da
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP – Edital Nº 05/2024, para o Cargo de Guarda Civil
Municipal Aspirante, DECLARO, sob pena das sanções cabíveis, para fins de concessão de isenção de
pagamento do valor da taxa de inscrição, previstas nas Leis Municipais nº 3.466, de 12 de setembro de 2018, nº
3.283, de 11 de agosto de 2016, nº 3.106, de 30 de outubro de 2014 e nº 2.295, de 3 de setembro de 2002, que
me encontro na condição de isento, preenchendo os requisitos elencados na referida Lei, conforme opção indicada
abaixo:

- Doador de Sangue:** Encaminhar os documentos relacionados no item 4.2, subitem 4.2.1 do Capítulo IV –
Da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
- Desempregado:** Encaminhar os documentos relacionados no item 4.2, subitem 4.2.2 do Capítulo IV – Da
Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
- Inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:** Encaminhar os documentos
relacionados no item 4.2, subitem 4.2.3 do Capítulo IV – Da Solicitação de Isenção da Taxa de
Inscrição.

_____, _____ de _____ de 2024.
Cidade Dia Mês.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO VI
AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOAS NEGRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05/2024

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, portador do
(nome completo da pessoa indicada para o Cargo, sem abreviações)

Documento de Identidade _____, (especificar o tipo), nº _____
órgão expedidor _____, UF _____, inscrito(a) no **CPF/MF sob o nº** _____,

DECLARO ser negro ou negra da cor (___) preta ou (___) parda e opto por concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas raciais no **Concurso Público** para provimento do Cargo de Guarda Civil Municipal Aspirante, **da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA – EDITAL Nº 05/2024.**

Declaro, ainda, estar ciente de que:

I – As vagas reservadas destinam-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra que assim sejam socialmente reconhecidas, não sendo suficiente minha identificação pessoal e subjetiva;

II – Nos termos do Edital do Concurso Público e do artigo 6 do Decreto Municipal nº 2.465, de 20 de junho de 2023, a presente autodeclaração e a fotografia por mim apresentadas serão analisadas pelo Comissão de Análise de Compatibilidade com a Política Pública de Cotas – CAPPC, da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, a qual poderá, a qualquer tempo, convocar-me para Entrevista Pessoal; e

III – Se no procedimento adotado pela Comissão de Análise de Compatibilidade com a Política Pública de Cotas – CAPPC restar verificada a ocorrência de fraude e evidente má-fé na minha conduta, mediante apuração na qual me seja garantido o exercício do direito à ampla defesa, serei excluído do Concurso Público e o fato comunicado ao Ministério Público.

_____, _____ de _____ de 2024.

Cidade

Dia

Mês

Cole aqui a foto 5x7

DATADA

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO VII
TABELA DE TESTES DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05/2024

	Teste Shuttle Run				Corrida de 12 minutos				Flexão Abdominal				Flexão de Braço			
	Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais	
	Segundos	Pontos	Segundos	Pontos	Distância (metros)	Pontos	Distância (metros)	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos
MASCULINO	11	12,5	12	12,5	2000	12,5	1800	12,5	22	12,5	18	12,5	19	12,5	9	12,5
	10,35	15	11,35	15	2050	13,13	1850	13,13	23	13,33	19	13,33	20	13,33	10	13,33
	9,7	17,5	10,7	17,5	2100	13,75	1900	13,75	24	14,17	20	14,17	21	14,17	11	14,17
	9,05	20	10,05	20	2150	14,38	1950	14,38	25	15	21	15	22	15	12	15
	8,4	22,5	9,4	22,5	2200	15	2000	15	26	15,83	22	15,83	23	15,83	13	15,83
	7,75	25	8,75	25	2250	15,63	2050	15,63	27	16,67	23	16,67	24	16,67	14	16,67
					2300	16,25	2100	16,25	28	17,5	24	17,5	25	17,5	15	17,5
					2350	16,88	2150	16,88	29	18,33	25	18,33	26	18,33	16	18,33
					2400	17,5	2200	17,5	30	19,17	26	19,17	27	19,17	17	19,17
					2450	18,13	2250	18,13	31	20	27	20	28	20	18	20
					2500	18,75	2300	18,75	32	20,83	28	20,83	29	20,83	19	20,83
					2550	19,38	2350	19,38	33	21,67	29	21,67	30	21,67	20	21,67
					2600	20	2400	20	34	22,5	30	22,5	31	22,5	21	22,5
					2650	20,63	2450	20,63	35	23,33	31	23,33	32	23,33	22	23,33
					2700	21,25	2500	21,25	36	24,17	32	24,17	33	24,17	23	24,17
					2750	21,88	2550	21,88	37	25	33	25	34	25	24	25
					2800	22,5	2600	22,5								
				2850	23,13	2650	23,13									
				2900	23,75	2700	23,75									
				2950	24,38	2750	24,38									
				3000	25	2800	25									

ANEXO VII
TABELA DE TESTES DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 05/2024

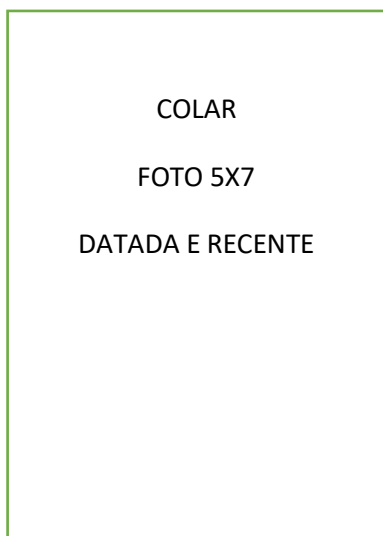
	Teste Shuttle Run				Corrida de 12 minutos				Flexão Abdominal				Flexão de Braço			
	Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais		Até 39 anos		40 anos ou mais	
	Segundos	Pontos	Segundos	Pontos	Distância (metros)	Pontos	Distância (metros)	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos	Repetição	Pontos
	12	12,5	13	12,5	1850	12,5	1700	12,5	20	12,5	16	12,5	13	12,5	6	12,5
	11,6	15	12,6	15	1900	13,13	1750	13,13	21	13,33	17	13,33	14	13,33	7	13,33
	10,95	17,5	11,95	17,5	1950	13,75	1800	13,75	22	14,17	18	14,17	15	14,17	8	14,17
	10,3	20	11,3	20	2000	14,38	1850	14,38	23	15	19	15	16	15	9	15
	9,65	22,5	10,65	22,5	2050	15	1900	15	24	15,83	20	15,83	17	15,83	10	15,83
	9	25	10	25	2100	15,63	1950	15,63	25	16,67	21	16,67	18	16,67	11	16,67
FEMININO					2150	16,25	2000	16,25	26	17,5	22	17,5	19	17,5	12	17,5
					2200	16,88	2050	16,88	27	18,33	23	18,33	20	18,33	13	18,33
					2250	17,5	2100	17,5	28	19,17	24	19,17	21	19,17	14	19,17
					2300	18,13	2150	18,13	29	20	25	20	22	20	15	20
					2350	18,75	2200	18,75	30	20,83	26	20,83	23	20,83	16	20,83
					2400	19,38	2250	19,38	31	21,67	27	21,67	24	21,67	17	21,67
					2450	20	2300	20	32	22,5	28	22,5	25	22,5	18	22,5
					2500	20,63	2350	20,63	33	23,33	29	23,33	26	23,33	19	23,33
					2550	21,25	2400	21,25	34	24,17	30	24,17	27	24,17	20	24,17
					2600	21,88	2450	21,88	35	25	31	25	28	25	21	25
					2650	22,5	2500	22,5								
					2700	23,13	2550	23,13								
					2750	23,75	2600	23,75								
				2800	24,38	2650	24,38									
				2850	25	2700	25									

ANEXO VIII
FORMULÁRIO – INVESTIGAÇÃO DE CONDUTA E VIDA PREGRESSA

FORMULÁRIO PARA INGRESSO

DATA DE NASCIMENTO: _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____



NOME: _____

ENDEREÇO: _____

Nº: _____, BAIRRO: _____, CIDADE: _____

ESTADO: _____, CEP: _____

TELEFONES: (RESIDENCIAL/CELULAR) _____

EMAIL: _____

PONTO DE REFERÊNCIA _____

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- 1) O Formulário de Investigação Social (FIS) é um documento que contém INFORMAÇÃO PESSOAL, de uso exclusivo da GUARDA CIVIL MUNICIPAL (GCM).
- 2) Leia com atenção todas as questões do Formulário antes de preenchê-lo.
- 3) As perguntas são de seu próprio interesse, portanto, responda corretamente a cada uma delas, fornecendo informações com riqueza de detalhes.
- 4) As questões devem ser preenchidas de próprio punho, utilizando caneta de tinta azul ou preta. Se o espaço for insuficiente, utilize o campo para complementação, constante no item 50, deste Formulário, indicando o número da pergunta. Se necessário for utilize outras folhas e anexe ao FIS.
- 5) Não deixe questões em branco. Inutilize com um traço os espaços onde não houver resposta.
- 6) Para o preenchimento deste formulário você poderá dispor de alguns dias.

ATENÇÃO: A inexatidão ou a omissão de informações a serem prestadas no FIS, ainda que verificadas posteriormente, estará sujeita a sanções penais, civis e administrativas.

PARTE A – INFORMAÇÕES PESSOAIS

- 1) Nome: _____
- 2) Naturalidade: _____ ESTADO: _____
- 3) Data de Nascimento: _____ CPF: _____
- 4) RG N° _____ Orgão Expedidor _____
- 5) Grau de Instrução _____
- 6) Estado civil _____
- 7) Emprego atual: _____
- 8) Apelido ou alcunha _____
- 9) Religião _____
- 10) Título de eleitor nº _____ zona _____
- 11) Carteira Profissional _____ série _____
- 12) Com quem reside atualmente _____
- 13) Correios eletrônicos (e mail) particulares e funcionais
- 14) Nome em redes sociais: (Facebook, Twiter, Instagran, etc)

PARTE B – INFORMAÇÕES SÓCIO – FAMILIARES

- 15) Dê completas informações sobre seus pais e irmãos. Se você foi criado por padrastos, tutores legais ou outras pessoas que não sejam seus pais, a informação deve abrange-los também.
- Grau de parentesco _____ RG N° _____
- Nome: _____
- Endereço: _____
- Idade: _____ vivo ou morto? _____
- Grau de parentesco _____ RG N° _____
- Nome: _____
- Endereço: _____
- Idade: _____ vivo ou morto? _____
- Grau de parentesco _____ RG N° _____
- Nome: _____
- Endereço: _____
- Idade: _____ vivo ou morto? _____
- Grau de parentesco _____ RG N° _____
- Nome: _____
- Endereço: _____
- Idade: _____ vivo ou morto? _____
- 16) Estado civil: _____
- 17) Você já foi envolvido em algum processo de paternidade? _____
- 18) Relacione abaixo todos os seus filhos (se os tiver), especificando situação da criança (filho legítimo, adotivo, enteado).
- Nome _____
- Data de Nascimento _____
- Nome _____
- Data de Nascimento _____
- Nome _____
- Data de Nascimento _____
- Nome _____
- Data de nascimento _____
- 19) Você ou algum membro da sua família já foi examinado ou tratado em virtude de distúrbios nervosos ou mentais, ou moléstia? _____ em caso positivo, forneça detalhes (qual a enfermidade e quando ocorreu?)
- Você faz uso de algum medicamento? _____ Qual? _____
- Você possui alguma doença crônica em tratamento? _____ Qual? _____
- 20) Você já ficou internado em hospital? _____ Qual o motivo _____
- 21) Você já desmaiou alguma vez? _____ Em caso positivo detalhar _____
- 22) Faz uso de bebidas alcoólicas? _____ Quais? _____
- Fuma? _____ Especifique _____

23) Faz uso de entorpecentes ou já usou alguma vez? _____ em caso positivo, forneça detalhes
(nome da substância, se ainda usa, quantas vezes já usou etc)

24) Alguém da sua família já fez uso de entorpecentes? _____ em caso afirmativo, forneça detalhes: (grau de parentesco, nome da substância, se ainda faz uso, etc)

PARTE C – INFORMAÇÕES DE CUNHO PESSOAL E FAMILIAR

25) Você possui tatuagem? (_____) sim (_____) não

26) Caso afirmativo, quais partes do corpo possuem tatuagens:

Quais desenhos, símbolos ou dizeres você possui tatuados:

Quais os significados de tais tatuagens:

O que lhe motivou fazer as tatuagens:

Em qual estabelecimento realizou as tatuagens (nome e localização)

27) Cite duas pessoas que NÃO sejam parentes ou ex – empregados e que possam fornecer dados sobre sua pessoa:

Nome Completo: _____

Endereço residencial: _____

Endereço comercial: _____

Ocupação: _____

Conhece- o há quanto tempo? _____

Nome Completo: _____

Endereço residencial: _____

Endereço comercial: _____

Ocupação: _____

Conhece- o há quanto tempo? _____

28) O que você costuma fazer nas horas de folga?

29) Quais são seus costumes e quais locais COSTUMA FREQUENTAR?

Durante a semana _____

Finais de semana _____

30) É sócio de algum clube? _____ Qual? _____

31) Pertence a algum sindicato ou outra associação de classe? _____

32) É filiado ou exerceu algum cargo ou função de partido político? _____

PARTE D – INFORMAÇÕES JUDICIAIS E POLICIAIS

33) Você já foi intimado pela Justiça? _____ em caso positivo forneça detalhes:

Delito: _____ Cidade _____

Foi indiciado, réu ou testemunha? _____

Qual foi a solução do caso? _____

Delito: _____ Cidade _____

Foi indiciado, réu ou testemunha? _____

Qual foi a solução do caso? _____

34) Você já teve alguma “passagem” em qualquer repartição policial ou Juizado de Menores: em caso afirmativo forneça detalhes:

Data _____ tempo de permanência _____
Motivo: _____
Repartição em que foi conduzido: _____
Cidade: _____ Estado _____
Qual foi a solução do caso: _____

35) Já esteve alguma vez envolvido em inquérito policial, sindicância ou investigação sumária? _____
Em caso positivo, forneça detalhes: _____

36) Algum membro da sua família esteve envolvido com a polícia ou com a justiça? _____ Em caso positivo, forneça detalhes: _____

37) Você possui alguma arma de fogo? _____ em caso afirmativo forneça detalhes inclusive se já foi apreendida alguma vez: _____

PARTE E – INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

38) Relacione, a partir das datas mais antigas, os últimos três lugares em que esteve empregado, registrado ou não, bem como por conta própria e os “bicos”. Não omita nenhuma. Dê endereços completos e corretos e as datas de inatividades entre cada período:

Empresa: _____
Cidade: _____
Período em que trabalhou: de _____ até _____
Cargo: _____ Salário _____
Motivo da demissão: _____
Punições e motivos: _____

Empresa: _____
Cidade: _____
Período em que trabalhou: de _____ até _____
Cargo: _____ Salário _____
Motivo da demissão: _____
Punições e motivos: _____

Empresa: _____
Cidade: _____
Período em que trabalhou: de _____ até _____
Cargo: _____ Salário _____
Motivo da demissão: _____
Punições e motivos: _____

39) Possui alguma habilidade, experiência ou treinamento que julgue ser útil na Guarda Civil Municipal? _____
Especifique: _____

40) Por que escolheu ingressar na Guarda Civil Municipal?

PARTE F - INFORMAÇÕES ESCOLARES

41) Relacione as últimas três escolas e cursos que frequentou:
Período _____ Curso _____
Escola _____
Cidade _____ Estado _____

Período _____ Curso _____
Escola _____
Cidade _____ Estado _____

Período _____ Curso _____
Escola _____
Cidade _____ Estado _____

42) Você já foi punido ou expulso em algum estabelecimento de ensino? _____ Em caso positivo, explique: _____

PARTE G – INFORMAÇÕES GERAIS

43) Você é motorista habilitado? _____ categoria(s) _____

Número da CNH _____

Nº do registro _____

Local de expedição e data _____

44) Teve alguma vez a sua CNH suspensa ou cassada? _____

Em caso positivo Explique _____

45) Você já foi envolvido em algum acidente ao dirigir veículo? _____

Em caso positivo, forneça detalhes: _____

46) Você já teve ou tem cheques protestados? Ou nome no SPC? _____

Em caso positivo, explique: _____

47) Você possui prestações ou dívidas? _____ Caso positivo, forneça detalhes:

Quando iniciou _____

Quantia inicial _____

Quantia atual _____

Mensalidade _____

Deve para (nome e endereço) _____

48) Possui algum imóvel _____ veículo? _____

49) Você pagou, ou prometeu pagamento em dinheiro, serviço ou material por qualquer recomendação, ou promessa de auxiliá-lo no ingresso na Guarda Civil Municipal de Porto Ferreira? _____ Em caso positivo, por quem?

50) Espaço destinado para complementações:

Declaro que li, respondi pessoalmente todas as questões contidas no presente formulário, e autorizo a ser procedida averiguação sobre minha conduta, profissional e escolar, isentando as pessoas, empresas estabelecimentos de ensino que prestarem informações ao Comando da Guarda Civil Municipal de Porto Ferreira de qualquer responsabilidade, caso não processe MINHA INCORPORAÇÃO OU VENHA A SER DESLIGADO DO CURSO DE FORMAÇÃO.

Porto Ferreira, _____ de _____ de 2024

Assinatura _____

ANEXO IX – CRONOGRAMA PREVISTO

ATENÇÃO! Todas as datas abaixo são prováveis, sujeitas a alterações, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os eventos, nos meios informados no presente Edital

DATAS	EVENTOS
21/02 a 21/03/2024	Período de Inscrição pela <i>Internet</i> no <i>site</i> do IMAIS (www.institutomais.org.br).
21 e 22/02/2024	Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição, através do <i>site</i> do IMAIS (www.institutomais.org.br).
23/02/2024	Data limite para envio dos documentos exigidos para a comprovação da isenção, via <i>upload</i>.
08/03/2024	Divulgação do resultado da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição no <i>site</i> do IMAIS.
11 e 12/03/2024	Prazo para interposição de recursos quanto ao indeferimento dos pedidos de isenção das inscrições, no <i>site</i> do IMAIS.
15/03/2024	Divulgação do resultado da análise dos recursos quanto ao indeferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição no <i>site</i> do IMAIS e na Imprensa Oficial.
22/03/2024	Vencimento do boleto para pagamento da taxa de inscrição.
22/03/2024	Data limite para envio dos documentos exigidos para a comprovação de inscrição (Deferidas ou Indeferidas (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PCD, candidatos que se declararam Pessoas Negras, Negros e Afrodescendentes, exerceram a Função de Jurado, e/ou solicitaram atendimento especializado para realização da Prova, Número de Dependentes e Estado Civil), via <i>upload</i>.
05/04/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Comunicado de Deferimento e Indeferimento das Inscrições (Deferidas ou Indeferidas (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PCD, candidatos que se declararam Pessoas Negras, Negros e Afrodescendentes, exerceram a Função de Jurado, e/ou solicitaram atendimento especializado para realização da Prova, Número de Dependentes e Estado Civil); e ✓ do Inscrições Homologadas (candidatos efetivamente inscritos no Concurso Público).
08 e 09/04/2024	Prazo recursal contra o indeferimento das Inscrições no <i>site</i> do IMAIS.
19/04/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ dos Comunicados de Deferimento e Indeferimento das Inscrições e Inscrições Homologadas – Pós-Recurso ; e ✓ do Edital de Convocação para a Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) .
28/04/2024	Aplicação da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva).
29 e 30/04/2024	Prazo recursal contra a aplicação da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) ..no <i>site</i> do IMAIS.
29/04/2024	Divulgação dos gabaritos da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) ..e de um exemplar dos Cadernos de Questões, no <i>site</i> do IMAIS, a partir das 14 horas.
30/05 e 02/06/2024	Prazo recursal referente a publicação dos gabaritos das Provas Objetivas.
17/05/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) , sem identificação dos Candidatos, e da Convocação para Audiência Pública.
20/05/2024	AUDIÊNCIA PÚBLICA.
24/05/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) , com identificação dos Candidatos , e da Convocação para Audiência Pública. Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da divulgação dos gabaritos e da aplicação da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) .
27 e 28/05/2024	Prazo recursal referente ao Resultado Provisório da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) no <i>site</i> do IMAIS.
07/06/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Comunicado do Resultado Final da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) ; e ✓ do Edital de Convocação para a Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física (Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física) . Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da divulgação do Resultado Provisório da Primeira Fase – Da Prova Escrita (Objetiva) .
15 e/ou 16/06/2024	Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física (Aferição de Altura e Teste de Aptidão Física).
17 e 18/06/2024	Prazo recursal contra a aplicação da Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física no <i>site</i> do IMAIS.
21/06/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Segunda Fase – Da Realização o Teste de Aptidão Física . Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da aplicação da Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física .
24 e 25/06/2024	Prazo recursal referente Resultado Provisório da Segunda Fase – Da Realização o Teste de Aptidão Física , no <i>site</i> do IMAIS.
05/07/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos <i>sites</i> do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Final da Segunda Fase – Da Realização o Teste de Aptidão Física ; e ✓ do Edital de Convocação para a Terceira Fase – Avaliação Psicológica . Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da divulgação do Resultado Final da Segunda Fase – Da Realização do Teste de Aptidão Física .
13 e/ou 14/07/2024	Aplicação da Terceira Fase - Avaliação Psicológica.

DATAS	EVENTOS
15 e 16/07/2024	Prazo recursal contra a aplicação da Terceira Fase - Avaliação Psicológica no site do IMAIS .
16/08/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica . Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da aplicação da Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica .
19 e 20/08/2024	Prazo para solicitação de Entrevista Devolutiva, no site do IMAIS, na área Restrita.
24 e/ou 25/08/2024	Realização da Entrevista Devolutiva.
26 e 27/08/2024	Prazo recursal contra o Resultado Provisório da Terceira Fase - Avaliação Psicológica no site do IMAIS .
30/08/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Final da Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica ; e ✓ do Edital de Convocação para a Quarta Fase – Investigação Social . Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: da análise dos recursos interpostos por ocasião da divulgação do Resultado Final da Terceira Fase – Da Avaliação Psicológica .
09 a 27/09/2024	Realização da Quarta Fase - Investigação de Conduta e Vida Progressa.
04/10/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Quarta Fase – Da Investigação de Conduta e Vida Progressa .
07 e 08/10/2024	Prazo recursal contra o Resultado Provisório da Quarta Fase - Investigação de Conduta e Vida Progressa , no site do IMAIS .
11/10/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Final da Quarta Fase – Da Investigação de Conduta e Vida Progressa ; e ✓ do Edital de Convocação para a Quinta Fase – Do Exame Médico e Odontológico .
11 a 14/11/2024	Realização da Quinta Fase – Do Exame Médico e Odontológico.
22/11/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Quinta Fase – Da Exame Médico e Odontológico .
25 e 26/11/2024	Prazo recursal contra o Resultado Provisório da Quinta Fase – Da Exame Médico e Odontológico , no site do IMAIS .
29/11/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Final da Quinta Fase – Da Exame Médico e Odontológico ; e ✓ do Edital de Convocação para a Sexta Fase – Apresentação Documental Exigida .
02 a 04/12/2024	Realização da Sexta Fase – Da Apresentação Documental Exigida.
13/12/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Provisório da Sexta Fase – Da Apresentação Documental Exigida .
16 e 17/12/2024	Prazo recursal contra o Resultado Provisório da Sexta Fase – Da Apresentação Documental Exigida , no site do IMAIS .
20/12/2024	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação nos sites do IMAIS e da PREFEITURA ; ✓ do Resultado Final da Sexta Fase – Sexta Fase – Da Apresentação Documental Exigida .
A definir	Realização da Heteroidentificação
A definir	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação no site do IMAIS ; do Resultado Provisório da Heteroidentificação .
A definir	Prazo recursal referente ao Resultado Provisório da Heteroidentificação no site do IMAIS .
A definir	Publicação na Imprensa Oficial e divulgação no site do IMAIS ; ✓ do Resultado Final da Heteroidentificação ; e da Homologação do Resultado Final .
A definir	Publicação da Homologação do Concurso Público na Imprensa Oficial do Município e divulgação nos sites do IMAIS e PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP .
A definir	Convocação para o Curso de Formação sob responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP .
Veículos Oficiais de Divulgação: na Imprensa Oficial do Município e divulgação nos sites do IMAIS e PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA/SP.	

REALIZAÇÃO:

